



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro de Mil Novecentos e Noventa e Cinco, neste Salão Nobre da Câmara Municipal de Manteigas, compareceu o Senhor José Tomaz Gomes Costa, a fim de tomar posse de Membro desta Assembleia Municipal de Manteigas, em substituição de idêntico cargo deixado vago por suspensão de mandato do Senhor Albino Massano Leitão.

Após a Mesa desta Assembleia ter verificado a legalidade do acto, conferiu-lhe a correspondente posse do cargo de Membro desta Assembleia, de que se lavrou o presente termo que depois de lido, vai ser assinado pelo Empossado e pelos Membros da Mesa desta Assembleia Municipal, e eu, José Paulo Ascensão Fraga, Primeiro Secretário da Mesa, o redigi e subscrevi.

---

---

---

---

### ACTA NÚMERO OITO

Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro de Mil Novecentos e Noventa e Cinco, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, verificada a existência de quorum, reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho em Sessão Ordinária, para o que tinha sido convocada pelo seu Presidente, nos termos da Lei, a Assembleia Municipal deste Concelho, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- **Um - Esclarecimento e debate sobre uma Unidade de Engarrafamento de Águas de Mesa.**
- **Dois - Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.**

Aberta a Sessão e depois de conferidas as presenças dos Deputados e esta Assembleia, verificou-se a ausência do Deputado Manuel José Gomes Lucas.

O Senhor Presidente da Mesa desta Assembleia iniciou a Sessão, cumprimentando o Senhor José Tomaz Gomes Costa e agradecendo-lhe a sua presença, desejando que a sua actividade como Deputado Municipal seja proveitosa para a nossa Terra, para o Concelho e para os interesses que todos nós pretendemos.

No Período de **Antes da Ordem do Dia**, inscreveram-se os Munícipes António Manuel Baptista e José Maria Massano Abrantes. Inscreveram-se também o Deputado Carlos Alberto Fraga Viegas dos Santos e o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor António Manuel Baptista, referiu que a intervenção que iria efectuar, vinha de encontro ao apelo do Senhor Presidente desta Assembleia, no sentido dos Munícipes participarem mais na vida da Autarquia, apresentando as suas preocupações, sugestões, etc., sobre os problemas do Concelho.

A sua intervenção tem como tema o Trânsito Rodoviário na Vila de Manteigas, pretendendo com ela, dar o seu contributo e apresentar sugestões que possam vir a ser aproveitadas ou não.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Não sendo técnico deste "assunto", mas fazendo um diagnóstico sobre ele, baseado nas conversas que tem tido com alguns visitantes da nossa Terra, as observações que lhe foram feitas são:

- A existência de demasiada sinalização, não sendo esta por vezes correspondente e adequada aos locais para onde se pretendem dirigir, por isso, a informação é deficiente.

- Perigosidade para os Peões e em especial para as Crianças.

- O Piso é extremamente deficiente e irregular, dando como exemplo a zona da placa triangular junto à Câmara Municipal, no sentido da Rua 1º de Maio para a Rua Dr. Sobral.

- O novo Código da Estrada publicado em Outubro tem algumas alterações, que provavelmente nós Manteiguenses, ainda não reparámos nelas, como por exemplo:

- a) A placa triangular no Valzedo - para quem vier no sentido descendente da Rua Dr. M.D. Leitão e dirigindo-se aos Bombeiros, tem que contornar essa placa triangular, e muito pouca gente o faz, talvez por desconhecimento.

- b) Subindo a Avenida Comendador Francisco Esteves Gaspar de Carvalho, no topo desta Avenida está um sinal a chamar atenção para a aproximação de estrada com prioridade. Este sinal só é válido para o primeiro cruzamento, e se houver um acidente nesse local, envolvendo duas viaturas, uma delas subindo a referida Avenida e a outra transitando no sentido da Escola Primária para a Coopito, a responsabilidade do acidente será da viatura que circula do lado da Escola, porque aquele sinal só é válido para o primeiro cruzamento com a Rua Sá da Bandeira.

- Relativamente ao Estacionamento: Tem verificado a existência de algum esforço que o Executivo Camarário e o Presidente da Junta de Freguesia puseram em prática, para regular e acolher os residentes e não-residentes da melhor forma possível. Mas tem dúvidas em relação à marcação de determinados estacionamentos, pois parece-lhe que não foram salvaguardados os acessos de alguns residentes às suas habitações, como por exemplo em frente à Pensão Estrela junto à única habitação de Rés-do-Chão aí existente. Outro caso que lhe parece problemático, é também o estacionamento junto ao Bairro do Rio, e parece-lhe que a Junta de Freguesia de S. Pedro e o Executivo deveriam fazer um estudo sobre o estacionamento naquela área. Também no Bairro 25 de Abril, junto ao café do Senhor Artur, não existe qualquer sinalização relativa a estacionamento.

- Na descida para os Siqueiros, na curva junto à casa da D. Guiomar Roque, está um espelho partido há bastante tempo.

Como estratégia, sugeria que fossem feitas marcações nos pavimentos, nomeadamente nas passadeiras de peões, pois algumas delas já desapareceram. Que também fosse colocada atempadamente sinalização adequada, quando se verificarem obras na via pública, pois ainda há bem pouco tempo se verificou um acidente devido à falta desta sinalização.

Sugeria também, que fosse feito um estudo por técnicos especializados no Código da Estrada, relativamente ao Piso, porque é péssimo, e só quem tem carros é que sabe o que custam as reparações.

Esse estudo deveria também abranger a Regulamentação Viária e Rodoviária no Concelho de Manteigas.

Seguidamente interveio o Município José Maria Massano Abrantes, expondo um assunto de divisão de águas particulares, e que devido à falta de acordo entre este Município e um Outro para procurar a água nos terrenos deste último, pediu licença à Câmara Municipal para o fazer na via pública. A Câmara até esta data, recusou-lhe



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

essa pretensão, e pretende ser esclarecido sobre este assunto. O Município pediu também que lhe fosse passada uma fotocópia autenticada da acta da reunião da Câmara Municipal onde colocou este assunto.

De seguida interveio o Deputado Carlos Alberto Fraga Viegas dos Santos, baseando a sua intervenção sobre os últimos acontecimentos políticos da vida nacional, referindo-se em especial aos Congressos do Partido Popular e do Partido Social Democrata.

Em nome do Partido Popular cumprimentou o Senhor Presidente da Câmara Municipal e os restantes Membros do seu Executivo, e na Pessoa do Senhor Presidente da Assembleia, tornou esse cumprimento extensivo a todos os presentes.

Afirmou de seguida que, sendo o único elemento filiado no partido, de todas as listas que o então Centro Democrático Social - Partido Popular, apresentou em Manteigas para concorrer aos Órgãos Autárquicos, não esquecerá nunca que antes de ser do Partido Popular é Manteiguense, e que as suas posições aqui assumidas nesta Assembleia, o serão apenas nessa qualidade.

Em segundo lugar, e referindo-se ao Congresso do seu Partido, afirmou que decorreu de forma democrática, e o facto de ter sido delegado a esse Congresso deve-o ao Povo de Manteigas que votou na lista que o elegeu; não foi delegado eleito, mas sim por inerência, fruto da alteração dos estatutos do Partido, em que também foram contemplados Membros das Assembleias Municipais e de Câmaras Municipais eleitos, desde que filiados no Partido. Por isso o seu agradecimento sincero às pessoas que depositaram confiança na sua lista para esta Assembleia Municipal. Estiveram presentes mil e trezentos Congressistas de todo o País, contra os mil e trinta do Partido Social Democrata, embora parecessem muitos mais, pois o Partido Popular não gosta de apresentar espectáculos de show-off. O Partido Social Democrata utiliza uma política diferente, pois além dos Congressistas tinha cerca de três mil convidados, com uma Televisão Pública paga por todos nós a cobrir os acontecimentos até às cinco da manhã; enfim práticas anti-democráticas que o Partido Popular não utiliza.

Em relação aos Partidos em si, face à situação que resultou, sobretudo do Congresso do Partido Social Democrata, deverá dizer-se de forma muito clara, que, enquanto nos outros Partidos é visível uma linha de orientação, nomeadamente no Partido Popular, onde é possível distinguir um núcleo duro, noutros Partidos tal não acontece; infelizmente, aqueles que pensavam que este décimo terceiro Congresso iria ser o do esbaratamento e o do mal baratar, enganaram-se, pois houve fusão da antiga e da nova geração, para de mãos dadas, e embora partindo do Campeonato Distrital, esperar nas próximas Eleições Legislativas ascender ao Campeonato Nacional da Terceira Divisão, para com o continuar do tempo e mostrando trabalho sério, ascender ao Campeonato Nacional da Primeira Divisão nas Legislativas de mil novecentos e noventa e nove.

Quanto ao Partido Socialista, tem um núcleo duro que não tem dificuldade para o classificar de Social Democrata, e na sua opinião, no nosso País, o verdadeiro Partido Social Democrata é o Partido Socialista. Só porque, processo estranho e condições de alguns anos atrás, o seu complexo de esquerda não lhe permitiu assumir-se como Partido Social Democrata.

Referindo-se ao Senhor Engenheiro António Guterres, personalidade fraca no seu entender, e que pouco de mais valia trará a este País, pretende agora fazer crer que é a única alternativa da Oposição. E dentro deste período de Antes da Ordem do Dia, pretendia manifestar-se já, começando por se referir ao Partido Socialista, representado aqui em Manteigas pelos Senhores Deputados aqui presentes, e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

nomeadamente pelo Senhor Vereador António Manuel Lemos dos Santos, que já estão convencidos à partida, que a única alternativa que pode haver ao Partido Social Democrata é o Partido Socialista; portanto à partida o Partido Popular e a Coligação Democrática Unitária não terão direito a nada.

Do Senhor Vereador Lemos dos Santos teve o prazer de receber uma carta, dando-lhe conta da situação remuneratória do Senhor Presidente da Câmara, carta essa remetida de um Gabinete da Oposição da Câmara Municipal de Manteigas. Ficou algo admirado com essa situação, e escreveu uma carta ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, a quem pedia esclarecimentos sobre esse Gabinete, nomeadamente a data da sua criação, o seu estatuto, etc.

Há três dias recebeu uma resposta da Câmara Municipal, assinada pelo Senhor Vereador José Abrantes Serra, comunicando-lhe que não existe nenhum Gabinete da Oposição da Câmara Municipal de Manteigas. Perante isto, tem a dizer ao Senhor Vereador Lemos dos Santos, que presunção e água benta cada um toma a que quer. É possível que o Senhor Vereador Lemos dos Santos, ao protagonizar o Partido Socialista como único Partido da Oposição, ainda não se tenha libertado do complexo de Édipo que provavelmente terá em relação ao Senhor Ex-Presidente da Câmara.

Dirigindo-se ainda ao Senhor Vereador Lemos dos Santos, afirmaria ainda que lhe custava dizê-lo, mas o Senhor Vereador muitas vezes terá sido um " pau mandado " do Senhor Ex-Presidente da Câmara.

O que não pode admitir nem tolerará, é o ter recebido uma carta assinada pelo Partido Socialista, oriunda de um Gabinete da Oposição da Câmara Municipal de Manteigas.

Referindo-se ao Partido Comunista, aproveitou para saudar a presença do colega José Manuel Novo de Matos, tendo este Deputado esclarecido que estava nesta Assembleia, como Membro eleito pela Coligação Democrática Unitária.

O Deputado Carlos Alberto Fraga Viegas dos Santos continuou a sua intervenção, referindo que, face às declarações do Social Democrata, Maoísta, talvez Cristão ou não, Durão Barroso, as eleições escusam de se realizar, pois dá ao Partido Popular e à Coligação Democrática Unitária quinze por cento na globalidade. Irá propor que as direcções dos dois Partidos se entendam, dividindo essa percentagem, pois não terão concerteza problemas dessa espécie.

Referindo-se à bipolarização, afirmou que era uma questão que novamente se punha com muita frequência, pese o facto do Líder do Partido Socialista, ter sempre o cuidado de não falar em maioria absoluta. Deus nos livre de tal, mas não será menos verdade que a tem no pensamento.

Referindo-se novamente ao Partido Social Democrata, classificou-o como a União Nacional da Terceira República. Há que o dizer claramente, pois nesse Partido cabem Sociais, Democratas, Democratas Cristãos Sociais, Democratas que não são Sociais, Comunistas, Freitistas, Piristas, Liberais e Maoístas. É um Partido em que não se sabe qual é o núcleo duro, ou seja, o núcleo duro dos cinzentões, daqueles que querem estar sempre com o poder.

Perante a reacção do Deputado Luis José dos Santos Melo, o Deputado Carlos Viegas disse-lhe que efectivamente ele era uma das pessoas que gostava de estar sempre com o poder. O Deputado Luis Melo reagiu dizendo que por acaso estivera treze anos na oposição, tendo o Deputado do Partido Popular pedido para não ser interrompido enquanto não acabasse a sua intervenção. Continuando, aproveitava para lhe dizer, que quando se filiou no Partido Popular em Julho de mil novecentos e noventa e três, teve o cuidado de ir verificar quem eram os filiados do então CDS - PP



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

de Manteigas, e ficou desconcertado ao ver o nome do Deputado Luis Melo nessa listagem.

Este Deputado voltou a reagir, dizendo que tal só acontecia porque ainda não tinham riscado o seu nome. O Deputado Carlos Viegas continuou, afirmando que, por uma questão de educação, embora a algumas pessoas possa contemplar essa atitude neste caso não o faria, pois quando uma pessoa se desvincula de um Partido deve informar esse mesmo Partido. Pôs o problema ao Secretário Geral, que entendeu que as pessoas da índole do Deputado Luis Melo, não eram merecedoras sequer de um selo de quarenta e dois escudos para lhe ser comunicada a expulsão do Partido. O Deputado Luis Melo afirmaria que não entendia, pois continuavam a enviar-lhe correspondência.

O Deputado Carlos Viegas continuou a sua intervenção, referindo-se novamente ao núcleo duro do Partido Social Democrata, não se podendo dizer que é Social Democrata, nem Liberal, pois é o Partido dos cinzentões. Aliás não sabe se o Deputado Luis Melo não estará já a preparar a sua adesão ao Partido Socialista, tendo este Deputado afirmado ironicamente que nunca se sabe.

Após isto, o Deputado Carlos Viegas afirmou que gostaria de terminar como tinha começado, para em nome do Partido Popular, apresentar as suas saudações a todos, tencionando fazê-lo publicamente através de um comunicado na imprensa, para deste modo agradecer aqueles que votaram na sua pessoa e permitiram por isso que fosse delegado ao Congresso do Partido Popular por inerência.

Depois desta intervenção, o Senhor Vereador Lemos dos Santos, pediu aos Senhores Presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal para usar da palavra, tendo o Senhor Presidente da Câmara afirmado, que se pretendia intervir para responder directamente ao Deputado Carlos Viegas, deixaria esse critério à consideração do Senhor Presidente da Assembleia, que por sua vez informou o Senhor Vereador Lemos dos Santos que poderia intervir a seguir ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara, depois de cumprimentar o Senhor Presidente desta Assembleia, Deputados Municipais e o Público presente, desejou votos de boas vindas ao Deputado José Tomaz Gomes Costa, que a partir de hoje integra esta Assembleia Municipal, que representa também por si só uma parte substancial da População de Manteigas.

Afirmou de seguida que pretendia intervir neste Período de Antes da Ordem do Dia, como Presidente da Câmara e como Autarca de todos os Manteiguenses, pois há pormenores que efectivamente não pode deixar passar em claro.

Fala-se muito, e com bastante frequência nos últimos tempos, em legalidade. Talvez seja esta a palavra, ultimamente, mais badalada no nosso Concelho. Não sendo jurista gostaria de o ser, pois tem das Leis o senso comum e a inteligência suficiente para as interpretar e cumprir como qualquer cidadão. Como outros, não sendo jurista, não se arroga da legitimidade do que é legal e do que é ilegal, achando que é penúmbrico e de alguma maneira fastidioso, esses arremessos constantes de legalidade e de ilegalidade neste espaço tão pequenino do Concelho de Manteigas.

Toda a gente se arroga da legalidade substancial, da legalidade adjectiva, da legalidade de circunstância, de legalidade perante esta Assembleia, de legalidade perante o País, da legitimidade legal e da ilegitimidade legal. De facto é uma terminologia que não domina com critério além daquilo que afirmou. O cidadão comum, com censo comum, a seguir a legitimidade da legalidade.

Para a sua pessoa, a maior ilegalidade é a desonestidade e a conivência com a desonestidade. E aqui está igual a todos os que se julgam da honestidade e da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

dignidade da honestidade. Não permitirá nunca, que alguém se sobreponha em nome da legalidade à sua honestidade, subscrevendo por inteiro que todas as pessoas que estão nesta casa e nesta sala, funcionam sempre em termos da legalidade / honestidade.

Não se arroga num grau acima de todos os presentes, mas também não permitirá que ninguém lhe arrogue, ou o coloque num degrau abaixo dos mais honestos.

Se um dia tiver que abdicar do seu lugar de Presidente da Câmara, poderá ser por ilegalidade, nunca será por desonestidade. A sua prática pessoal, da vida pessoal, profissional e funcional são provas cabais, para que efectivamente não admita a ninguém, que ponha em causa a sua honestidade. E se algum dia tiver um deslize de legalidade, como foi prova evidente quando na penúltima Assembleia apresentou uma Revisão Orçamental que estava ferida de ilegalidade, relativamente a um empréstimo bancário, foi o primeiro a ter que subtrair à ilegalidade a legalidade e ter que continuar a manter que era honesto todo o seu processo, e que era honesto o processo do Executivo desta Câmara.

Que fique bem claro que efectivamente, se sair do lugar de Presidente desta Câmara, não será de certeza por desonestidade, poderá sê-lo, eventualmente, por ilegalidade. A honestidade e a legalidade não são conceitos que de alguma maneira se conflituem, sendo o que, alguma ilegalidade nunca significará na sua pessoa desonestidade. Pertence a famílias não ricas, mas há outros que sendo de famílias ricas, não se podem arrogar por este facto de terem maior honestidade. Que fique bem claro, que de todos os processos que foram constituídos, e sem invocar nenhum em particular, tudo sempre foi apresentado a esta Assembleia com a maior das clarezas, todos os procedimentos e se tudo o que se pedir em legitimação desta Assembleia algum dia for ultrapassado, deverá ser corrigido, e este é o sítio próprio e o local indicado, para efectivamente ser conferida da legitimidade e da legalidade dos processos que a Câmara conduz. Qualquer atitude fora deste contexto e desta casa poderá ser tomada, mas nunca fazendo agressões às personalidades que conduzem os processos

De facto a honestidade é coisa que nos vem do berço, se é que nos vem. Se vier, deve ser continuada pois é um valor a respeitar, e nesta Casa, os Senhores Deputados deverão ser com o Executivo o exemplo vivo, do que poderemos deixar aos nossos filhos; se não deixarmos um Concelho rico, deixaremos concerteza um Concelho honesto. Acha que a oposição político - partidária é indispensável, e o Presidente da Câmara não pode adormecer quando tem à sua guarda um Concelho que tem de fazer progredir. E a Oposição aqui, é a coisa mais útil.

Há circunstâncias que podem ser ditas nesta sala, que sem agredir ninguém em termos nominais, podem reclamar-se como sendo alternativa a um processo que está instalado.

O Senhor Presidente da Câmara continuou a sua intervenção, afirmando que neste ponto estamos todos de acordo, e, é por isso que estamos todos juntos nesta sala, ou seja porque há alternativas, e isso significa Oposição. Quando a Câmara Municipal tem um projecto, outro melhor pode vir a aparecer.

Não é oposição quando se critica nominalmente uma circunstância e efectivamente não existem alternativas, quando efectivamente não sabemos o que é que há em oposição a nós próprios.

É bom que a oposição seja uma atitude substantiva e não uma atitude dirigida no sentido da destruição das pessoas; efectivamente são valores negativos que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

estaremos a transmitir aos nossos filhos, e que eles não poderão ser opositores do nada; terão que saber exactamente o que é que opõem a uma situação.

A oposição a que temos vindo a assistir, é uma oposição sem consistência. A projecto opõem-se projectos e não pessoas. A circunstâncias opõem-se circunstâncias e não nominalizações. A oposição deve ser feita pela positiva nestas circunstâncias. Quando se é oposição pela positiva, têm que se criar alternativas, tem que se dizer o que se pode construir em alternativa aquilo que se está a tentar construir, e o que é que se pode criar em alternativa aquilo que se está a propor à criação.

Efectivamente não há verdades absolutas, e não reclama para si essa verdade absoluta, e a um projecto admite sempre que se oponha outro projecto. A oposição deve ser séria e credível, e só tem estas qualidades quando efectivamente tem substância. A oposição é negativa quando faz críticas pela destrutiva. Criticar oposicionalmente não é destruir, é criar uma outra fórmula de estar. É julgar, aqui, que é a Sede própria, uma circunstância diferente para melhor. Não será com passes de mágica, pois isto não é propriamente um palco onde surjam coisas feitas com truques malabarísticos; não é com manobras noctívagas ou diurnas que efectivamente estas coisas são diversões. Isto não é oposição. Não pretende ter uma atitude doutoral ou professoral, nem uma coisa nem outra neste momento. De facto e pelo que acabou de proferir não há intimidações possíveis ao Presidente da Câmara, enquanto Presidente da Câmara. O José Manuel Biscaia é um homem como os outros, e tem tanto medo porque é inteligente, como todas as pessoas inteligentes têm medo. Mas o grande medo do Presidente da Câmara não é igual ao do José Manuel Biscaia. O medo do Presidente da Câmara é que não consiga levar por diante, um projecto que efectivamente proponha para o Concelho um desenvolvimento adequado para o século XXI. O medo de José Manuel Biscaia pode ser outro, até pode ter medo dos sonhos noctívagos que possa ter. O medo do Presidente da Câmara é completamente distinto.

Que fique perfeitamente claro, que como Presidente da Câmara, com ou sem ilegalidade pretende não as executar enquanto homem comum, e efectivamente está demonstrado à estampa que como Presidente da Câmara não tem intimidação nem medo rigorosamente nenhum. No sentido positivo e do desenvolvimento, as questiúnculas de legalidade, serão perfeitamente apuradas quando e de direito, por quem de direito.

O Senhor Presidente da Câmara pretendeu ainda neste Período, tecer as suas últimas adequações aos processos que interessam de facto a Manteigas. Entre outros processos que nos são caros a todos, temos a **EN.332**, cujo projecto será apresentado em princípio no mês de Abril, e será levado a concurso, de acordo com o Senhor Presidente da Junta Autónoma das Estradas, durante o mês de Junho.

Na mesma sequência a **EN.338** também este ano desenvolverá os primeiros passos. Só falará destes dois projectos, porque são pontos estigmáticos e de viragem no processo de desenvolvimento de Manteigas.

Dirigindo-se novamente ao Deputado José Tomaz Gomes Costa, formulou um desejo, para que seja connosco um participante activo nesta Assembleia que queremos que seja construtiva; naturalmente que o Senhor Presidente da Assembleia fará por isso, pois assim lhe compete dirigi-la neste sentido.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia autorizaria o Senhor Vereador Lemos dos Santos a intervir, embora estivesse quase esgotado o tempo relativo a este Período da Assembleia. Aconselhou a que a intervenção fosse rápida, e para se evitar o diálogo. Afirmou também que como as intervenções havidas até ao momento



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

tinham sido bastante profundas, esperava que esta Assembleia assim continuasse, pedindo aos deputados para manterem essa dignidade. Excepcionalmente permitiria as intervenções das pessoas que não estavam inicialmente inscritas, ou seja, do Senhor Vereador Lemos dos Santos e dos Deputados Luis José dos Santos Melo, Albino Saraiva Cardoso e José Martins Cleto.

O Senhor Vereador Lemos dos Santos começou a sua intervenção dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia, para discordar da utilidade das intervenções havidas até ao momento, com as quais não estava inteiramente de acordo, antes pelo contrário.

Considerou que a intervenção do Deputado Carlos Viegas foi perfeitamente desajustada no sítio e no momento, para qual MRPP de Direita fazer uma diatribe a todos os Partidos, numa Assembleia Municipal em que naturalmente estão representados os quatro Partidos, e que pouco ou nada tem a ver com a grande política. O Deputado Carlos Viegas brindou todos os Partidos com um discurso, que a seu ver, só o admitiria nesta fase a um Maoista de Direita, que aqui agora se apresentasse diante desta Assembleia a fazer um discurso deste tipo.

Desajustado ainda, na medida em que se refere de alguma maneira em termos perfeitamente difamatórios à sua pessoa, pois quando diz " pau mandado " evidentemente só uma perturbação psíquica, e felizmente julga que momentânea, lhe terá permitido ter essa brilhante tirada, porque pau mandado nunca foi de ninguém , nem será, doa o que doer ao Deputado Carlos Viegas; espera que até ao final desta Sessão se restabeleça psiquicamente e não volte a esta Assembleia a insultar as pessoas, particularmente aquelas que eventualmente este Deputado já deveria de alguma maneira respeitar, se não por outros motivos, pelo menos pela diferença de idades.

Em relação à intervenção que fez sobre o seu Camarada António Guterres, o Senhor Vereador Lemos dos Santos afirmou que não iria medir distâncias entre o seu Líder e o do Partido Popular Manuel Monteiro, que pretendeu revolucionar esse Partido. Esperaria para ver o esvaziamento eleitoral que o Partido Popular vai ter nas próximas eleições legislativas.

Considera triste, ter respondido nestes termos ao Deputado Carlos Viegas, pois não estava à espera de uma intervenção desse tipo, usada por aquele Deputado.

Pretendia por último esclarecer a questão do Gabinete da Oposição da Câmara Municipal de Manteigas. De facto, após as primeiras reuniões deste Executivo Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, considerou que a Oposição deveria ter um gabinete em espaço físico dentro desta Câmara. E os Vereadores da Oposição, responsabilmente, consideraram que o espaço era exíguo para os serviços que estão instalados neste edifício, e dispensaram a oferta do Senhor Presidente da Câmara. Não havia necessidade de numa Câmara com esta dimensão, a Oposição ter um espaço próprio para gabinete. Mas naturalmente a ideia estava lançada, e o Gabinete da Oposição mesmo sem espaço próprio, tinha todo o direito de existir. Mas a sua perplexidade, vai para o facto do Deputado Carlos Viegas se dirigir ao Senhor Presidente da Câmara a pedir informações sobre o referido Gabinete. Parece - lhe que o Senhor Presidente da Câmara seria a pessoa menos indicada para esclarecer o Deputado Carlos Viegas, porque naturalmente o Gabinete da Oposição existe, independente da vontade do Senhor Presidente da Câmara, mas sim pela vontade dos Vereadores da Oposição. Existe, enquanto Gabinete da Câmara, e não, enquanto Gabinete da Assembleia Municipal.

Quanto ao ofício que o Senhor Deputado recebeu do Senhor Presidente da Câmara, assinado pelo Senhor Vereador José Abrantes Serra, importa pouco que





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

efectivamente lhe digam que o Gabinete não existe, pois há Vereadores da Oposição que consideram útil e pertinente que esse Gabinete exista.

De seguida o Senhor Vereador Lemos dos Santos, afirmou que iria ler publicamente a resposta que tinha preparado para entregar pessoalmente aquele Deputado, em face dos termos indecorosos por Ele utilizados. Afirmou também que não fazia sentido um Deputado criticar um Gabinete da Oposição, que até lhe pode ser útil.

A carta dirigida pelo Senhor Vereador Lemos dos Santos ao Deputado Carlos Viegas diz o seguinte:

Exmo. Senhor,

Tomei conhecimento, por ter sido apresentada na reunião da Câmara Municipal de oito de Fevereiro de mil novecentos e noventa e cinco, a carta de V. Exa. dirigida ao Senhor Presidente da Câmara, sobre as preocupações que lhe suscitou o Gabinete da Oposição da Câmara Municipal de Manteigas.

Permita-me antes de tudo, que considere o Senhor Presidente da Câmara, o interlocutor menos indicado para prestar informações sobre as questões que muito judiciosamente coloca. Obviamente não dependente da vontade do Senhor Presidente da Câmara, a existência de um Gabinete da Oposição, estranho seria, que fosse Ele o interlocutor indicado para informar quando, onde, e como funciona o referido Gabinete.

Tenho pois todo o gosto em lhe transmitir, que o mesmo foi criado quando se revelou necessário responder às invectivas políticas do Presidente da Câmara, utilizando meios do Município. Revelou-se depois extremamente útil para responder a Municípes que em desespero de ver resolvidos os seus problemas, recorriam aos Vereadores da Oposição por escrito, obrigando por isso a uma resposta institucionalizada. Não funciona em sala própria dos Paços do Município, por responsabilmente se ter reconhecido a exiguidade do espaço disponível, quando no início do mandato o Senhor Presidente da Câmara propôs a atribuição de uma sala.

Quanto ao Regulamento de Utilização, eu diria que qualquer regulamento a criar se revelaria sempre ineficaz, desde que não sejam respeitadas as normas de Ética democrática. Considero pois, não se justificar a existência de tal regulamento, privilegiando o rigoroso cumprimento de tais normas. Obviamente que considero, que os Membros da Assembleia Municipal do CDS - Partido Popular o podem e devem utilizar, embora como se disse o espaço físico seja inexistente.

Apresento os meus cumprimentos, e subscrevo-me com consideração.

Após a leitura da carta, o Senhor Vereador Lemos dos Santos fez pessoalmente a entrega desta ao Deputado Carlos Viegas, e lamentou - lhe novamente que não tenha sabido escolher o momento e o local próprio para as suas invectivas em relação às restantes forças partidárias.

De seguida referiu-se ao discurso do Senhor Presidente da Câmara, que considerou vazio de conteúdo, não percebendo onde pretendia chegar. Se pretende que efectivamente não exista uma Oposição na Câmara Municipal de Manteigas, Oposição sistemática, conforme o Senhor Presidente diz. Não percebe também quando o Senhor Presidente diz que a Oposição não apresenta alternativas. Acontece que esta Oposição da Câmara Municipal de Manteigas votou favoravelmente o Plano de Actividades e Orçamento, naturalmente com condições que foram claramente expressas em Declaração de Voto que na altura teve oportunidade de formular. E uma vez que fossem cumpridas essas condicionantes que constam dessa Declaração de Voto, a Oposição não obstacularizaria de modo nenhum que a maioria cumprisse o seu programa de candidatura. Isto é saber fazer oposição.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Considerou que havia prioridades que eram essenciais e que não podiam ser dispensadas, e que podiam e deveriam constar do Plano de Actividades proposto pela maioria. Como não o foram, a Oposição fez questão em as lembrar e inscrever no Plano de Actividades. Foram inscritas nesse Plano de Actividades, e para a Oposição, embora não sendo o seu programa a cumprir, deliberou que não deveria criar dificuldades ao cumprimento desse programa. Esse vazio de conteúdo do discurso do Senhor Presidente da Câmara, faz lembrar, e aí tem de dar razão ao Deputado Carlos Viegas, o último discurso que ainda há bem pouco tempo ouviu num congresso, do Líder vitorioso do Partido Social Democrata, que só o pode comparar a este outro, porque também é completamente vazio de conteúdo. Não faz sentido que se venha a acusar uma Oposição nesta Assembleia de fazer oposição pela oposição.

Algo de estranho se passa; evidentemente a prática democrática leva alguns anos para se aprender, e não é rapidamente que as pessoas se situam, sabem e conseguem viver como oposição naturalmente esclarecida. Oposição que naturalmente não vai deixar passar em claro as referidas ilegalidades que o Senhor Presidente refere, e que há Órgãos para efectivamente apurar quem tem efectivamente razão.

A Oposição tem por obrigação apresentar aquilo que considera de ilegalidade. O Senhor Presidente da Câmara Municipal e a Maioria têm por obrigação de contestar essa Oposição, mas há entidades que tutelam a Autarquia, há entidades para além dessa tutela, nomeadamente a Procuradoria Geral da República, que tem que efectivamente esclarecer as questões de ilegalidade que se põem neste Município. Apenas se pediu, e com a maior correcção como até agora tem acontecido, que sejam essas entidades a esclarecer se há ou não ilegalidades. Se a Maioria tem medo que o assunto seja colocado a essas entidades, o problema não é da Oposição, e a Maioria terá que assumir que se está de mãos limpas não terá problemas, devendo recorrer-se a uma entidade independente e isenta para se pronunciar sobre a legalidade deste Município em definitivo.

O Senhor Presidente da Assembleia, voltou a pedir aos Deputados que iam intervir de seguida para serem mais rápidos nas suas intervenções.

O Deputado Luis José dos Santos Melo, disse que iria ser breve na resposta ao " mimo " que o Deputado Carlos Viegas lhe dirigiu, afirmando que obviamente era um homem de Direita e sempre o afirmou no tempo em que era difícil faze-lo. Foi eleito nas listas da Direita para a Associação Académica de Coimbra, pretendendo nessa altura destronar os senhores da União dos Estudantes Comunistas ( UEC ). Foi também eleito para esta Assembleia Municipal nas listas da Aliança Democrática ( AD ) e nesse tempo ainda era difícil ser da Direita, pois era um complexo terrível. Foi sempre eleito nas listas do Partido Social Democrata para esta Assembleia, como também para outros Órgãos institucionais. Foi sempre da Direita, mas da Direita democrática, que representa os valores normais de um País democrático. Não é da Direita do senhor LePen. É da Direita que respeita as pessoas, as ideias e os valores e, que é capaz de dialogar com a Esquerda. Dessa união da Esquerda com a Direita deverá ressaltar um País, um Estado, uma congregação de valores que façam avançar uma determinada Pátria, que é um valor que também defende.

Não é da Direita representada pelo Partido Popular, porque com essa não está verdadeiramente à vontade. Estava sim, à vontade, com a do Professor Freitas do Amaral. A Direita com que se identifica, é a dos valores, do progresso e do confronto de ideias.

Para terminar e dirigindo-se ao Deputado Carlos Viegas, afirmou-lhe que, muito tempo antes deste Deputado ter chegado a esta Assembleia, esteve treze anos em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

oposição nesta Assembleia, oposição essa que considerou de construtiva, obviamente não concordante, e estão aqui algumas pessoas, como por exemplo o Senhor José Tomaz, com quem privou relações, com quem trocou verdadeiros actos de compromisso, institucional entre Partidos, para viabilizarem o progresso do Concelho. Não que fossem essas as suas ideias, mas sim porque via que naquelas ideias havia progresso. Não é pela oposição frontal e brutal que se consegue progresso.

Interveio de seguida o Deputado Albino Saraiva Cardoso para fazer uma breve referência a intervenção do Deputado Carlos Viegas que considerou de prolongada e que visou o Partido que representa, embora mais inclinada para a política de âmbito nacional. As suas preocupações nesta Assembleia são mais dirigidas aos problemas locais. De resto qualquer tipo de resposta cairia em saco roto, e não merecia qualquer discussão.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Câmara, em que afirma que a Oposição não tem consistência, é uma mera opinião e respeita-a. Naturalmente que a alternativa implica oportunidade, e que ela não existe é um facto. O Senhor Vereador Lemos dos Santos fez uma demonstração disso mesmo.

Isto leva-nos a factos consumados, e numa situação destas, não há oposição que valha. O assunto fica arrumado por si só e qualquer intervenção é inócua.

São feitas propostas que o Senhor Presidente apelidou de boas, as intervenções nesta Assembleia foram consideradas inteligentes, e portanto, sinceramente não entendeu o discurso do Senhor Presidente da Câmara.

Relativamente à honestidade, pessoalmente, nunca a pôs em causa, nem pretende pô-la de forma alguma, conforme já teve a oportunidade de o expressar pessoalmente ao Senhor Presidente da Câmara.

Quanto à legalidade que afirmou, e também hoje teve oportunidade de conversar com o Senhor Presidente sobre isso, carece concerteza de esclarecimentos, que pensa serão dados ainda hoje nesta Assembleia.

Como Oposição, se ela existe ou não, poderá ter a oportunidade de o confirmar ao longo do mandato.

O Deputado Albino Saraiva Cardoso, de seguida apresentou um Protesto, sobre o conjunto de terrenos do Parque de Recreio e Lazer da Relva da Reboleira. ( Este documento encontra-se em anexo a esta acta, designado por documento número um )

De seguida interveio o Deputado José Martins Cleto, para apresentar também um Protesto, relacionado com a criação do lugar de Operador de Sistemas Informáticos. ( Este documento encontra-se em anexo a esta acta designado por documento número dois )

O Deputado José Manuel Novo de Matos iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e pedindo desculpa pelo atraso com que chegou a esta Sessão. Pretendia apresentar dois requerimentos e uma proposta; passou a ler os documentos, que também se encontram em anexo a esta acta, designados por Requerimento nº 01 / 95 - AM e Requerimento nº 02 / 95 - AM, o primeiro relacionado com a Estação do Teleférico e o segundo com o Ski Clube de Portugal.

A Proposta que também apresentou está em anexo a esta acta, designada por Proposta nº 01 / 95 - AM, e está relacionada com as comemorações do 25 de Abril.

Terminadas as intervenções dos Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, dirigindo-se a este último Deputado que interveio, afirmou-lhe que relativamente aos requerimentos a resposta ser-lhe-á dada pelo Executivo da Câmara Municipal. Quanto à Proposta, não é este o momento indicado para a discutir, a Mesa recebe-a, e será discutida no ponto número dois da Ordem de Trabalhos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

De seguida o Senhor Presidente da Mesa relatou à Assembleia a correspondência que lhe foi dirigida:

- Uma carta do Deputado Albino Saraiva Cardoso, em que este Deputado pedia para lhe ser transcrito o ponto quatro da Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal de Trinta de Setembro do ano passado.

- Do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, que envia cópia de requerimento ao Governo sobre a insegurança nas estradas de acesso à Serra da Estrela, do Deputado José M. Maia.

- Da Assembleia Municipal de Lagoa, com fotocópia da Moção sobre a criação das Regiões Administrativas.

- Do Deputado Carlos Luis, que envia cópia do comunicado sobre o Orçamento de Estado / 95.

- Da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, vária correspondência sobre Urbanismo, Ambiente e Protecção Civil.

Passou-se de seguida à discussão e Aprovação da **Acta da Sessão Anterior**.

O Senhor Presidente da Mesa referiu que esta acta provavelmente foi entregue um pouco tarde, aos Senhores Deputados, mas a intenção inicial de transcrever os assuntos desta Assembleia com o maior rigor possível, e de a distribuir atempadamente continua de pé. É um processo moroso e difícil.

Abertas as inscrições para comentar a acta, inscreveram-se os Deputados Albino Saraiva Cardoso e José Manuel Novo de Matos.

O primeiro Deputado referiu-se à audição que efectuou às cassetes relativas à acta de Setembro do ano anterior, e concorda com as palavras do Senhor Presidente da Mesa. É realmente um processo penoso fazer uma audição e transcrevê-la, e é muito difícil fazer um trabalho perfeito, devido aos ruídos de fundo que se encontram na gravação. É alvo de incorrecções fazer uma acta pelo processo que está a ser utilizado; confessou que não conseguiu ler a acta na totalidade, mas de qualquer maneira pretendia fazer um comentário sobre determinada parte em que interveio. Na página trinta e dois, no segundo parágrafo, na segunda linha, e também no penúltimo parágrafo, pretendia fazer um aditamento.

Depois de ler os aditamentos que pretendia, foi questionado pelo Senhor Presidente da Mesa, se estes assuntos eram relativos à acta em discussão, porque não estava a situar o aditamento do penúltimo parágrafo. O Deputado Luis Melo, informou que o último aditamento deveria ser situado na página trinta e três.

Houve diálogo entre o Primeiro Secretário e o Deputado Albino Cardoso, e o Senhor Presidente da Mesa, questionou novamente o Deputado Socialista, se o conteúdo do aditamento era o que estava gravado, ou se era para alterar agora, tendo como resposta, que os aditamentos continham o que se tinha dito na Assembleia. O Senhor Presidente da Mesa afirmaria então que, embora se tente transcrever com rigor o que se passou na Assembleia, não pode a acta ser uma transcrição textual do que se passou. Há sempre um critério subjectivo e pessoal nessa tarefa do Primeiro Secretário.

Se pretendemos um processo de querer vir emendar a mão, com um aditamento ao trabalho já executado e que se passou há dois meses, não irá autorizar esse aditamento. O Deputado Albino Cardoso reagiu dizendo que não pretendia fazer nenhuma emenda.

Por sua vez o Deputado Novo de Matos, comentou que na acta estavam repetidos dois parágrafos. Na página vinte e três o primeiro e segundo parágrafos eram a repetição do penúltimo e último parágrafos da página vinte e dois.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Deputado Carlos Viegas, afirmaria que além de encontrar algumas gralhas ortográficas, havia uma palavra que estava incorrecta, situada na página catorze, no último parágrafo, na terceira linha, e onde se diz na acta oficial deve ler-se apreciar

O Senhor Presidente da Mesa, pediu à Assembleia para se debruçar sobre estas correcções, principalmente sobre a da página trinta e dois, discutindo se vamos aprovar a acta conforme está ou se é introduzido o aditamento. Não se irá agora ouvir a gravação dessa Sessão, no entanto acha-se obrigado a dar uma opinião sobre este assunto. E afirmou, que embora os Deputados tenham acesso às gravações, é mau entrar-se neste sistema de alterar a acta, sem se ter neste momento capacidade de confronto com a gravação da Sessão. Por isso pedia ao Deputado Albino Cardoso, o incómodo de colaborar na transcrição da gravação para a acta.

Este Deputado respondeu em tom humorístico que não se importava, desde que o deixassem ir para a Mesa, referindo também que não podem ser desenvolvidas determinadas intervenções e resumidas outras.

O Senhor Presidente da Mesa questionou o autor da acta sobre se tinha ideia do que estava gravado, obtendo como resposta a negativa. Entretanto o Primeiro Secretário, depois de autorizado pelo Senhor Presidente da Mesa, dirigiu a palavra ao seu colega Socialista, dizendo que tivera o cuidado de lhe telefonar duas vezes, para aprofundar uma situação que não conseguia perceber na gravação.

Achava por isso, que da parte daquele Deputado, também deveria haver o cuidado, quando detectou qualquer coisa em contrário, de o avisar, pois poderia ter ainda tempo para efectuar qualquer rectificação, como aliás já aconteceu.

O Deputado Socialista argumentou que a acta só lhe fora distribuída ontem à tarde, tendo como resposta do Primeiro Secretário que se esse aviso lhe fosse comunicado imediatamente antes da Assembleia, ele próprio faria uma chamada de atenção para esse problema.

O Senhor Presidente da Mesa pediu para que o diálogo fosse interrompido, e que iria colocar em votação a acta sem este aditamento.

Houve protestos da parte dos Deputados Albino Cardoso e José Martins Cleto, tendo este último apresentado outra solução, a de ser colocada ao seu colega de bancada a questão de, em vez de se alterar tudo, ele aceitar que se coloque um aditamento, passado numa folha em anexo.

O Deputado José Quaresma Domingos era da opinião que a acta deveria ser aprovada tal como está redigida, e deixar em aberto a colocação desse aditamento, depois de ouvida a gravação pelo Secretário e pelo Deputado Socialista. O Deputado Adelino Custódio Duarte, afirmou que era ilegal fazer aditamentos às actas.

O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que poderiam ser feitas rectificações à acta em Assembleias seguintes, desde que esta esteja aprovada. Essas rectificações podem ser feitas a requerimento dos interessados.

O Deputado Albino Cardoso, referiria também que considera a restante parte da acta correcta, mas como a sua intervenção está subalternizada e com o sentido deturpado, optou por apresentar o aditamento.

Gerou-se o diálogo na Assembleia, tendo o Senhor Presidente da Mesa optado por colocar à aprovação a acta, tal como estava elaborada, sem o aditamento pretendido pelo Deputado Albino Cardoso, mas com as alterações pontuais preconizadas pelos Deputados Novo de Matos e Carlos Viegas. A acta foi aprovada por **maioria** com Onze ( 11 ) votos a favor, Cinco ( 5 ) votos contra, e Uma ( 1 ) abstenção do Deputado José Tomaz Gomes Costa, por ausência nessa Sessão.

Depois da votação o Deputado Albino Cardoso, entregou na Mesa uma **Declaração de Voto**, já dactilografada, que se encontra em anexo a esta acta.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Pelas vinte e duas horas e quinze minutos, o Senhor Presidente da Mesa anunciou que iria fazer-se um intervalo de cinco minutos.

Antes desse intervalo acontecer, o Deputado Luis Melo, afirmaria que esta não era a maneira própria de se fazer política nesta Assembleia, por uma razão muito simples, pois embora não se considerando político no verdadeiro sentido da palavra, não admite que se venha para esta Assembleia gozar com a sua pessoa, e com a dos outros Deputados, pois estava tudo preparado e devidamente escriturado. Façam oposição sim, mas construtiva, porque isto que se passou foi uma palhaçada.

O Deputado Albino Cardoso, afirmou que em face das palavras ofensivas do Deputado Luis Melo, não lhe respondia.

A seguir ao intervalo, passou-se de imediato ao **Ponto Um da Ordem de Trabalhos - Esclarecimento e Debate sobre uma Unidade de Engarrafamento de Água de Mesa.**

O Senhor Presidente da Mesa, comentou que este Ponto da Ordem de Trabalhos fora agendado a pedido do Partido Popular, passando por isso a palavra ao Deputado Carlos Viegas.

Este Deputado afirmaria que já na última Assembleia, quando foi apresentado o Plano de Actividades e o Orçamento para o ano em curso, tinha manifestado a sua estranheza pelo facto de não ver nenhuma referência à Unidade de Engarrafamento de Águas de Mesa de Manteigas.

Procedeu a um levantamento das actas que lhe foram fornecidas, e desde já pretende louvar a Câmara Municipal pela rapidez e disponibilidade com que cedeu todos os documentos requeridos.

Fez um apanhado das actas das Sessões da Câmara Municipal e das da Assembleia Municipal, onde foi focado este assunto. Entretanto afirmaria que o Partido Popular não entra na crítica pela crítica, pretendendo desde já deixar bem claro, que em relação à actuação do actual Executivo, o Partido Popular tem o seu timing próprio para avaliar a sua actuação. Considera que será na altura da apresentação do Relatório e Contas deste ano e do Plano e Orçamento para o ano seguinte, que timing estará correcto.

Porque acredita naquilo que é designado por Gestão Estratégica e Administração por Objectivos, não pode corroborar em críticas, nomeadamente vinculadas pelo Partido Socialista a dizer que o Executivo não fez nada, e por isso mesmo concedemos o benefício da dúvida dentro do timing que nos parece correcto.

Foi efectivamente a pedido do Partido Popular que este Ponto de Ordem foi agendado, assunto este que na última Assembleia apelidou jocosamente de " Telenovela ", embora hoje os ditos jocosos já estejam a ferir susceptibilidades de mais.

Seguidamente pediria autorização ao Senhor Presidente da Mesa para distribuir dois documentos relacionados com este ponto de ordem, um relativo ao resumo das actas das reuniões da Câmara e outro relativo ao resumo das actas das Sessões da Assembleia Municipal.

Nestes documentos apresentam-se transcrições não integrais mas rigorosas dessas actas atrás referidas.

O Deputado Carlos Viegas proporia como metodologia, e caso o Senhor Presidente da Mesa concordasse, que depois de distribuir os documentos, a Mesa fizesse uma interrupção dos trabalhos, para cada Grupo Parlamentar reunir e apreciar os documentos.

O Senhor Presidente da Mesa concordou e propôs em alternativa a leitura dos documentos aqui na Assembleia, pelo representante do Partido Popular.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Deputado Albino Cardoso pretendeu ser esclarecido, sobre qual a finalidade da leitura dos documentos. O Deputado Carlos Viegas afirmou que a finalidade dessa leitura e da possível discussão que possa surgir a propósito, será para suportar uma Proposta que o Partido Popular tenciona apresentar, para ser votada hoje nesta Assembleia. Esta Proposta tem a ver evidentemente com a Unidade de Engarrafamento de Águas de Mesa.

O Deputado Albino Cardoso, afirmaria de seguida, que provavelmente a seguir a essa leitura entrar-se-ia na fase de discussão, e tinha dúvidas se seria adequado completar este ponto da ordem de trabalhos hoje.

O Deputado Novo de Matos, interveio, afirmando que cada um deveria estabelecer um tempo, pois o tempo de leitura não é igual para todos. Deve ser dado à Assembleia determinado tempo para que cada um efectue a sua leitura dos documentos.

Foi decidido que a Sessão seria interrompida vinte e cinco minutos, e retomarem-se-iam os trabalhos às vinte e três horas e trinta minutos.

Recomeçaram os Trabalhos, com a intervenção do Deputado Carlos Viegas, que começaria por fazer um breve comentário sobre os documentos distribuídos relativos à Assembleia Municipal. Afirmaria que era da opinião do colega Novo de Matos, quando este Deputado diz que neste documento existem actas de leitura indecifrável. Concorde plenamente, pois teve alguma dificuldade em descobrir as datas de algumas dessas actas, o que prova que por parte da Assembleia Municipal anterior, existiu falta de rigor, ou se preferirem, de dignidade de funcionamento deste Órgão. Dando um exemplo, na página dois desse Memorando da Assembleia Municipal, aparece na acta 16/88 de 16 de Maio ".José Manuel Direito solicitou esclarecimento sobre o local de engarrafamento de águas, se já havia autorização dos serviços competentes usou da palavra o Dr. Albino Leitão para dar conhecimento a esta Assembleia das actividades do Executivo. Nomeadamente referiu-se e da Unidade de Engarrafamento. Salientou " Como não aparecia mais nada e pensando tratar-se de um lapso, informou-se telefonicamente junto da Câmara Municipal, tendo tido como resposta, depois de se ter consultado o livro de actas, que o Senhor Presidente da Câmara não tinha prestado qualquer esclarecimento em relação à Unidade de Engarrafamento de Águas de Mesa.

Fazendo uma abordagem de carácter global, pensa que há qualquer coisa que não bate certo. Poder-se-á invocar que o Concelho precisa de indústria, de postos de trabalho, etc. Mas houve um Concurso Público Internacional com regras definidas para a Adjudicação de um Projecto de uma Unidade de Engarrafamento de Águas de Mesa e Compra de um terreno pelo preço simbólico de Cinquenta mil escudos, em que aparecem duas Propostas concorrentes, e, em que a diferença entre elas é de Quinhentos mil escudos.

O Senhor Presidente Albino Leitão, e bem, e como é normal fazer-se nestas circunstâncias, tentou negociar com os dois concorrentes a obtenção de mais valias em relação às suas propostas. E é então, e ao contrário daquilo que é habitual, em vez de adjudicar à Empresa que oferecia mais Quinhentos mil escudos, a Amadeu Gaudêncio, resolveu adjudicar a Carlos Alberto Esteves Gomes e João António dos Santos Cerdeira, que ofereceram menos Quinhentos mil escudos, mas com base numa promessa de construção de uma Unidade de Confecções, que iria criar cento e cinquenta postos de trabalho.

O tempo vai decorrendo, e o que se verifica depois, é que no próprio acto da Escritura de Adjudicação, aparece uma coisa perfeitamente inconcebível. A tal promessa de construção da Fábrica de Confecções, e foi esta promessa que levou



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

esses concorrentes a ganhar o concurso, é posta em causa, e é logo colocada na Escritura, a hipótese de ela não vir a ser construída. Isto é inimaginável e impensável, e sob o ponto de vista legal é inqualificável.

Mas além disto, e pelo facto dos que ganharam não cumprirem, têm um prémio. É -lhes prometido um segundo lote de terreno, para expandirem aquilo que é zero, porque nem sequer começaram a Fábrica de Engarramento de Água, pelo mesmo preço simbólico.

Mais ainda, têm os Senhores Deputados em Vosso poder fotocópia da Escritura realizada em Julho de Mil Novecentos e Noventa e Três, e também uma acta que foi distribuída com a documentação. Nessa altura eram já conhecidos os resultados eleitorais das Eleições Autárquicas. Foi dito aqui pelo Dr. Albino Leitão, que não deixava projectos ao Executivo seguinte, por entender que efectivamente era o novo Executivo que tinha que tomar a acção, esquecendo-se que as Pessoas passam e as Instituições permanecem. Mas no entanto, no dia vinte e oito de Dezembro de Mil Novecentos e Noventa e Três, depois de conhecidos os resultados das eleições autárquicas, a Câmara vai outorgar um Contrato de Exploração, em que cede os direitos de exploração da nascente, à Sociedade então constituída.

Este Contrato de Exploração sob o ponto de vista jurídico, vale zero. A legislação que é invocada não é a correcta. Custa muito a admitir que o Partido Socialista, e dirigindo-se novamente ao Senhor Vereador Lemos dos Santos na ausência do Dr. Albino Leitão, se tenha guardado para esse dia vinte e oito de Dezembro, para fazer um contrato de exploração que sob o ponto de vista administrativo é uma nódoa, não vale rigorosamente nada, pois vai suportar como legislação o Decreto - Lei 84/90 que no seu Artigo Sétimo fala sobre transmissão de licenças de exploração e diz que essa transmissão só pode ser feita por Despacho do Ministro. Desconhece-se essa autorização. No outro diploma, o Decreto - Lei 90/90, no seu Artigo Vigésimo Segundo, fala em determinados pontos que devem constar da Escritura, e nessa Escritura de vinte e oito de Dezembro não constam rigorosamente nada desses pontos. O Artigo Vigésimo Quarto desse mesmo Decreto - Lei formula as obrigações dos concessionários, e também não foram cumpridas.

Mas o que nos causa ainda mais admiração é que a mesma contrapartida existe para duas situações completamente diferentes. Na Escritura celebrada em Junho de Mil Novecentos e Noventa e Três, a contrapartida pedida aos adjudicatários é a construção da tal conduta com o diâmetro de duzentos e cinquenta milímetros que vem da Fonte Paulo Luis Martins, e depois se subdivide em dois troços de cento e vinte e cinco milímetros, um para o abastecimento público e outro para o empreendimento, como contrapartida de ficarem isentos nos primeiros dez anos do pagamento de uma taxa pela água que irão utilizar, e com a possibilidade de nos segundos dez anos essa taxa não vir a ser actualizada. É engraçado, pois a contrapartida da construção da conduta, aparece também como contrapartida da referida Escritura de Dezembro.

Isto efectivamente não pode pertencer ao real.

Também não houve preocupação de qualquer espécie, da parte de quem abriu o Concurso Público, para averiguar da capacidade financeira das Empresas concorrentes. Nem uma nem outra, como aliás o tempo veio a demonstrar, têm dinheiro para mandar cantar um cego.

Afirmaria também que no dia dez deste mês, teve a oportunidade de falar com o Senhor Sousa Cintra, porque lhe tinha constado que ele tivera sido contactado neste Processo. Foi extremamente simpático, mas não se recordava deste caso. No entanto mostrou-se interessado, para com a sua Empresa Águas do Vimeiro, poder vir a





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

participar numa Sociedade de Exploração dessas águas. Anteontem e por casualidade, em conversa com pessoas que têm interesses na Unicer, disseram o mesmo, ou seja, que poderão eventualmente estar interessados na exploração em causa.

O que se verifica da leitura destes documentos é que houve enriquecimento patrimonial ilegítimo, à custa dos Municípes, e disto não tem a mínima dúvida. Neste momento Património do Município estar na mão de privados, é ilegítimo e ilegal.

Com base nisto tudo, o Partido Popular, apresentaria uma Proposta, que foi distribuída a todos os Deputados. Foi lida pelo Primeiro Secretário da Mesa, e encontra-se em anexo a esta acta.

O Senhor Presidente da Mesa, afirmou que iria abrir inscrições para quem quisesse intervir sobre este assunto, podendo depois os Partidos se quiserem, reunir para preparar a discussão e comentários à Proposta. Passada essa fase iria pô-la à votação.

Inscreveram-se o Senhor Vereador Lemos dos Santos, e os Deputados Novo de Matos e Albino Cardoso.

O Senhor Presidente da Mesa levantaria a questão formal de que tendo o Senhor Vereador Lemos dos Santos pedido para intervir sobre este assunto que é da Assembleia Municipal e não da Câmara Municipal, não permitiria a sua intervenção, passando a palavra ao Deputado Novo de Matos.

O Senhor Vereador Lemos dos Santos, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Mesa, pediu permissão para registar o seu **Protesto**, pois ao ser citado e referenciado por um Deputado, não lhe era dado o direito de resposta.

O Senhor Presidente da Mesa, afirmou que não consentiria o diálogo directo, voltando o Senhor Vereador Lemos dos Santos a questionar o Senhor Presidente se aceitava o seu Protesto ou não, tendo-lhe sido respondido que o Protesto ficava registado. Este Vereador diria ainda, que o Senhor Presidente da Mesa estava agora a fazer uma interpretação rigorosa, embora de outras vezes menos rigorosa, dos termos do Regimento.

O Deputado Albino Cardoso, dirigindo-se à Mesa, afirmaria que se tinha absterido de fazer qualquer intervenção, uma vez que o Vereador Lemos dos Santos se tinha inscrito para intervir, depois de ter sido visado e atacado. Pensava que lhe seria permitido o direito de resposta. Perante isto, pretendia também intervir.

O Senhor Presidente da Mesa diria que não se estavam a contemplar situações de estar a ser visado ou não. Estava-se a discutir e a debater uma Proposta apresentada pelo Partido Popular. Não lhe interessavam os ataques pessoais entre Deputados ou entre Pessoas nesta Assembleia. O Problema que se debate é de interesse para o Concelho e não um problema de Pessoas. De seguida deu a palavra ao Deputado Novo de Matos.

Entretanto o Senhor Vereador Lemos dos Santos, agradeceu o registo do seu Protesto, afirmando de seguida que não poderia continuar na Assembleia sem direito de resposta às interpelações que lhe foram dirigidas. Iria juntar-se aos seus Pares, para entretanto encontrar as soluções que achar mais convenientes.

O Deputado Novo de Matos finalmente interveio, para em primeiro lugar dar os parabéns ao Deputado Carlos Viegas, pelo trabalho exaustivo e de pesquisa, que demonstram os documentos distribuídos pelo Partido Popular. Salientou também a metodologia utilizada, pois permite a fácil leitura dos documentos, aqueles que não estavam muito integrados e esclarecidos sobre este Processo

O seu contacto com este problema já vem de alguns anos atrás, tendo tido debates bastante vivos com o Ex-Presidente da Câmara. Nessa altura como



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

representante da Associação Cultural dos Amigos da Serra da Estrela, pôs sempre em causa a localização do empreendimento, inclusivamente nos primeiros debates puseram em causa a realização do empreendimento, pois esta Associação estava bastante traumatizada, ambientalmente falando, com o arranque de uma unidade semelhante em Gouveia. Essa também foi o Processo mais ilegal que alguma vez foi realizado em obra deste tipo na Região da Serra da Estrela, e, em que tudo foi ultrapassado, incluindo decisões do Supremo Tribunal e da Assembleia da República, conseguindo o Presidente da Câmara de Gouveia levar a fábrica até à construção. A primeira ideia do Dr. Albino Leitão era implantar a fábrica logo por baixo da Fonte Paulo Luis Martins, o que deixou a sua Associação bastante assustada. Tentaram movê-lo da implantação naquele lugar, e aconselharam-no a utilizar o edifício em ruínas da Fábrica do Martins, pois tal como se encontra é uma agressão paisagística à Vila de Manteigas, e se pretendemos desenvolvimento teremos que começar pelo Turismo, eliminando esse foco de agressão. Devia aproveitar-se aquele edifício, pois com essa solução desapareceriam dois problemas. Recuperava-se o edifício, e estava resolvido o problema da localização da Fábrica das águas.

Outra situação, é de facto a necessidade que haverá de observar se o caudal é suficiente, e não só o biológico, pois a montante desta fábrica encontra-se o Viveiro das Trutas. Terá também que se ter em conta, se a captação da água é feita em condições para manter os caudais, não só o biológico como já foi dito, mas todo o caudal a montante da localização da Fábrica, pois essa água também é necessária para os terrenos agrícolas de todo o Vale do Zêzere a jusante da Fonte propriamente dita.

Em relação à análise dos documentos, afirmaria que todo este processo é estranhíssimo. Não consegue perceber quanto é que custou o terreno inicial. Pensa também que este Processo é megalómano, pois inicialmente falava-se num investimento de cerca de um milhão de contos. Só por ignorância ou boa vontade, ou por ingenuidade, é que se pode pensar que uma contrapartida de uma fábrica destas é um investimento que vai criar cento e cinquenta postos de trabalho. Acha que estes números são perfeitamente impressionantes. Mas depois aparecem coisas mais giras, pois estabelecem-se prerrogativas de prazos, etc., pois na página cinco no ponto número dez diz que todos os prazos atrás indicados podem ser dilatados a pedido dos interessados. Assim os prazos podem ser dilatados infinitamente. Relativamente à página oito, também não consegue perceber como é que a Empresa " Pesquisadora ", baixa ela própria a sua Proposta do valor de cinco mil contos para cerca de quatro mil. Isto é tudo muito estranho

Parece-lhe que toda esta situação está perfeitamente invertida em termos dos interesses da Câmara e do Município. Mas também não é por acaso que a fábrica muda de localização, pois há uns certos acordos que foram constituídos, e certas contrapartidas discutidas entre o Director do Parque Natural da Serra da Estrela e o então Presidente da Câmara, de tal forma que, por concessões mútuas, até o PNSE não emitiu parecer sobre a localização e construção da fábrica lá em cima. Construí-la nesse local era destruir o Vale do Zêzere. Começaram então as movimentações de terras que tiveram que ser impedidas, e que lhe valeram a si próprio ser levado a Tribunal com Processo Crime por Difamação em relação ao Director do PNSE, tendo o Parque na altura do julgamento dito que a fábrica não se construiu porque este Organismo não deixou. É pura mentira, pois como é sabido pela Imprensa, foi um elemento da sua Associação que se deitou no terreno em frente da máquina que os Serviços da Câmara Municipal de Manteigas mandaram para o local, impedindo o avanço da máquina. Nessa altura compareceram no local a Guarda Nacional



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Republicana, o Senhor Presidente da Câmara, o Director do Parque, etc., mas a obra parou. Nessa altura, e pessoalmente, movimentou em Lisboa um conjunto de Associações da Área Ambiental, das Associações de Estudantes da Faculdade de Ciências e da de Geografia, para mandarem nesse preciso momento a maior quantidade possível de telegramas, para o Serviço Nacional de Parques, denunciando que, o que estava acontecer era gravíssimo.

Essas contrapartidas desapareceram todas, de repente, pela pressão da opinião pública.

O Desenvolvimento e o Ambiente não são antagónicos, antes pelo contrário.

Espera que este Executivo, que pelo menos nas palavras nunca o negou e também o defende, relativamente às obras também o continue a defender.. Em reunião com o actual Presidente da Câmara no dia dezoito de Novembro do ano anterior, a quando da elaboração do Plano, terá pedido para que fosse reaberto todo este Processo da Fábrica das Águas, dinamizando-o junto da População, com outra transparência e outra honestidade, e aproveitando a Fábrica do Martins.

O actual Presidente da Câmara referiu na altura que não conhecendo bem o Processo, o projecto já estava feito em definitivo, embora a Câmara não o conhecesse ainda. Isto também é estranho, pois na passagem entre dois mandatos, o anterior e este actual, tudo isto não tivesse ficado esclarecido e tivesse passado com transparência. Interroga-se se terá sido ou não.

Finalmente sobre este assunto da Fábrica das Águas, tem algumas dúvidas a colocar. Tendo verificado na prática a realidade documental, e até entrevistado os proprietários do terreno junto às trutas, foi-lhe afirmado que foram forçados a vender, inclusivamente foram ameaçados de expropriação. Gostaria de saber quanto a Câmara pagou por esse terreno. Em segundo lugar o Serviço de Parques mandou executar um projecto para esse local que custou mais de Seis mil contos e relativo ao empreendimento. Porque razão não foi feita a Fábrica neste terreno. Quer saber qual o tipo de razão que foi argumentada, e já agora também quer saber o que vai ser feito naquele espaço. Quer saber também quanto custou a movimentação de terras, pois ao que parece a máquina pertencia aos Serviços Florestais.

Finalmente a CDU quer saber quanto é que a Câmara Municipal já gastou na totalidade neste Processo, que mais parece de Fábrica Fantasma.

Chama atenção do actual Executivo que vai ter o controle e a gestão desta situação, para o caudal total necessário, e pede especial atenção para o pormenor da velocidade da água, pois só com a velocidade adequada o animal se desenvolve em perfeitas condições.

Dá razão ao Deputado Carlos Viegas, para se retomar este processo da estaca zero, uma vez que nunca de lá saiu. Neste momento a relação custo / eficácia é altamente negativa., e na sua opinião este Executivo deverá controlar a totalidade deste Processo. Referiu-se ainda ao Artigo Oitavo da Carta de Actuação Ambiental do Autarca que diz: Apoiar uma gestão racional integrada dos recursos naturais, com vista a assegurar a sua disponibilidade a longo prazo.

Pensa que esse desenvolvimento ficaria assegurado com a construção de uma Empresa de Engarrafamento de Águas, integrada paisagisticamente e que verdadeiramente beneficiasse os interesses e criasse verdadeiros postos de trabalho. Devem ser ultrapassadas todas as quezílias, em favor do desenvolvimento do Concelho.

Pela sua parte apoia totalmente a Proposta apresentada pelo Partido Popular, que pensa ser uma proposta magistral.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

De seguida o Deputado José Quaresma Domingos, fez uma chamada de atenção à Mesa desta Assembleia, questionando o facto do Senhor Vereador Lemos dos Santos poder ou não estar sentado nos lugares reservados aos Deputados Municipais.

Perante este facto, o Senhor Presidente da Mesa afirmou que este Vereador não podia estar sentado no lugar que ocupava naquele instante. Se ninguém levantasse o problema, pela sua parte também não o faria. O problema foi levantado e o Senhor Vereador terá de sair desse lugar.

No público manifestou-se o Senhor José Manuel Direito, tendo sido interrompido pelo Senhor Presidente da Mesa, que lhe afirmou que sendo parte alheia desta Assembleia, nesta fase da ordem de trabalhos não podia intervir.

O Senhor Vereador Lemos dos Santos disse ao Senhor Presidente da Mesa que deveria ser Ele a dirigir a Sessão, de modo a não se deixar conduzir em função de pedidos ou reclamações. Por sua vez o Senhor Presidente da Mesa, reafirmaria que se ninguém tivesse levantado o problema, também não se oporia. O Senhor Vereador Lemos dos Santos, insistiu novamente que a partir do momento em que não foi autorizado a responder ao Deputado Carlos Viegas, não poderia continuar no local onde anteriormente se encontrava, a fazer figura de corpo presente, e por isso se deslocou para junto dos seus pares.

O Senhor Presidente da Mesa lembrou ao Senhor Vereador que como elemento do Executivo Camarário, o seu acesso às Assembleias Municipais será sempre no enquadramento desse Executivo e mais nada. A mesa dos Deputados é só para eles.

O Senhor Vereador Lemos dos Santos pediu ao Senhor Presidente da Mesa para invocar o artigo do Regimento e a Lei que o possa impedir de ali estar sentado junto dos seus pares, pois não encontra nesses Regulamentos nada que o proíba de ali estar.

O Senhor Presidente da Mesa reafirmaria toda a argumentação que usara anteriormente e ordenou ao Senhor Vereador para que abandonasse aquele lugar.

O Senhor Vereador Lemos dos Santos questionou novamente o Senhor Presidente da Mesa, se era a oposição de um Deputado que determinava aquela ordem, ou se era a Assembleia na globalidade que tinha que tomar uma decisão, afirmando também que o Regimento tinha que ser alterado, pois não havia nada na Lei que o impedia de ali estar sentado, tendo obtido como resposta do Senhor Presidente da Mesa que o acesso aos lugares era inquestionável.

Novamente o Vereador Lemos dos Santos pediria ao Senhor Presidente da Mesa para invocar o Regimento ou a Lei que o proibia de ali estar, pois só assim acataria a decisão, de modo a cumprir o Regimento e a Lei.

O Senhor Presidente da Assembleia afirmaria então, que quando concorreu às eleições e foi eleito para aquele lugar, não tinha sido concerteza para assistir a palhaçadas deste tipo, tornando a ordenar que o Senhor Vereador saísse daquele lugar, e perante nova reacção do Vereador Lemos dos Santos, o Senhor Presidente da Mesa referiu que conforme o Senhor Vereador tinha dito, quem dirige a Assembleia é o seu Presidente, e por isso, de acordo com o Regimento e a Lei, ordenava novamente que abandonasse aquele lugar.

Entretanto o Deputado Luis Melo, afirmaria que esta Assembleia estava cheia de " mimos " , mimos estes transcritos e observados. Pedindo desculpa ao Vereador Lemos dos Santos, afirmaria que teria de lhe dizer duas coisas nesse momento. Entretanto esta intervenção foi interrompida pelo referido Vereador, tendo o Senhor Presidente da Mesa ordenado que terminasse o diálogo. Perante esta ordem, o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Vereador Lemos dos Santos afirmaria que se o Senhor Presidente não lhe dava direito de resposta, o mínimo de cortesia que para com ele podia ter, era a de não lhe dirigir a palavra.

Estabeleceu-se certa confusão na sala, em que toda a gente falava e ninguém percebia nada, tendo o Deputado Luis Melo apelado para a dignidade deste Órgão, e afirmando que todos os Membros presentes foram sujeitos ao voto popular e sofreram as consequências dessa sujeição. O Senhor Vereador como candidato à Câmara Municipal tem o seu lugar reservado junto do Executivo, e deveria saber isto muito bem, pois dirigiu esta Assembleia durante três mandatos consecutivos. Foi novamente interrompido pelo Vereador Lemos dos Santos que pretendia ter direito de resposta. O Senhor Presidente da Mesa ordenou uma vez mais que se interrompesse o diálogo. Por sua vez o referido Vereador afirmaria que não tendo direito de resposta, por que razão tinha que ouvir um Deputado, tendo o Deputado Luis Melo reagido violentamente, afirmando-lhe em voz alta, porque como Vereador era uma figura pública.

Gerou-se nova confusão e o Deputado Albino Saraiva Cardoso pedia a suspensão dos trabalhos. Entretanto o Vereador Lemos dos Santos afirmaria mais uma vez que se não tinha direito de resposta, obviamente não podia ser interpelado, tendo o Senhor Presidente da Mesa afirmado que poderia ter esse direito, não teria concerteza era o direito de estar continuamente a interromper esta Assembleia.

O Vereador Lemos dos Santos reagiria, afirmando que há minutos atrás não tinha direito de resposta e agora já poderia ter esse direito?

O Senhor Presidente da Mesa reafirmou que poderá. Perante nova pergunta se pode ou poderá, o Senhor Presidente da Mesa afirmaria que depende.

Nesse momento o Senhor Vereador Lemos dos Santos e os Deputados do Partido Socialista abandonaram a Assembleia.

De seguida o Deputado Luis Melo lembrou que durante os três mandatos consecutivos que o actual Vereador Lemos dos Santos dirigiu esta Assembleia, automaticamente nunca foi posta em causa a dignidade deste Órgão. A Oposição ao anterior Executivo comportou-se sempre com a dignidade que merecem as Instituições. A falta de dignidade que aqui foi presente e patente, quando esta Assembleia pela voz do Deputado Novo de Matos pediu e foi conseguido, a criação de um lugar próprio para os Deputados, é indecorosa esta atitude do Vereador Lemos dos Santos. É no mínimo imprópria, porque são lugares criados a pedido de um Deputado, exclusivamente para os Deputados desta Assembleia.

O que se passou é um aspecto de falta de dignidade e de falta de respeito, e pretende simplesmente impedir um trabalho sério que se estava a levar a efeito. É indecorosa esta atitude.

Perante tal atitude pretende apresentar uma **Moção de Censura** à actuação do Partido Socialista, ditando-a directamente para a acta:

### Moção

Em função dos actos praticados nesta Assembleia pelos Deputados do Partido Socialista que se retiraram desta Assembleia, não pelo facto de pretenderem marcar uma posição de contrariedade ao Senhor Presidente da Mesa, mas sim pelo facto de terem medo de discutir a matéria que estava em discussão.

O Deputado Novo de Matos, afirmaria que, o que aconteceu foi uma resposta pela negativa às suas últimas palavras, pois tinha acabado de pedir para se colocarem de parte as quezílias, utilizando toda a energia mental, trabalhando em conjunto pelo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

desenvolvimento desta Terra, e neste caso concreto, que é uma matéria importante para o desenvolvimento do Concelho de Manteigas. Lamenta o sucedido, não irá apresentar qualquer Moção de censura, mas pretende que fique registado a sua grande mágoa em relação a esta atitude. Não a irá classificar como vinda do Partido Socialista, mas sim do Vereador Lemos dos Santos, que depois galvanizou a sua bancada.

O Senhor Presidente da Mesa afirmaria de seguida que lamentava profundamente o sucedido, tendo tentado encaminhar as Sessões desta Assembleia com espírito cordato e aberto. Daí a sua reacção à situação criada pelo Senhor Vereador Lemos dos Santos. Considerou uma atitude de má educação, a maneira e a forma como abandonou o seu lugar de Vereador. Mesmo assim, dentro desse espírito cordato, não se manifestou quando o Senhor Vereador se juntou aos seus Pares. Pressupunha que ninguém se opusesse, mas como tal não aconteceu, pediu para que o Senhor Vereador abandonasse o lugar. Surpreendentemente o Partido Socialista abandona a sala. Cada um responde pelos actos que pratica, quer sejam pessoais ou políticos. De seguida o Senhor Presidente da Mesa leu o Artigo Trigésimo Quinto, Parágrafo número dois do Decreto - Lei 100/84, justificando a sua tomada de posição.

Diria ainda que, o Senhor Vereador Lemos dos Santos, depois de estar à frente dos destinos deste Órgão vários mandatos, tem provavelmente a sorte de nunca ninguém o ter tratado, tão mal educadamente, como hoje foi tratado o Presidente desta Assembleia, e isso fica registado, pois querendo provocar uma situação de Leão cavalgando na Lei, foi - lhe dado a entender que não tinha voz nesta Assembleia e continuou a querer cavalgar na Lei. Por isso pedi para trazerem a Lei, que foi lida a esta Assembleia.

Várias vezes o Senhor Vereador Lemos dos Santos intervinha, e hoje voltou a fazê-lo, fê-lo sempre à vontade, mesmo fora daquilo que lhe era permitido por Lei. Hoje com a atitude que tomou, e é preciso que todos registemos a falta de educação, pelo menos a falta de educação que demonstrou nesta Assembleia, a falta de dignidade e como bem disse o Deputado Luis Melo, e há vários anos que aqui está, nunca tinha visto uma atitude como esta. Registamos com mágoa o que aqui se passou hoje.

De seguida o Senhor Presidente da Mesa indicou que os trabalhos iriam continuar, e perguntou se mais alguém queria intervir.

O Deputado Luis Melo pretendeu saber se havia quorum para continuar a Assembleia. Consultada a Legislação, através do Decreto - Lei 100/84, Artigo 80º - números 1 e 2, verificou-se que a Assembleia podia continuar os trabalhos. O Senhor Presidente da Câmara confirmaria, lendo o Artigo 22º do Código de Procedimento Administrativo.

O Deputado Carlos Viegas, interveio para dizer que independentemente da retirada do Partido Socialista e do Senhor Vereador Lemos dos Santos, independentemente do resultado da votação da Proposta do Partido Popular, anunciou e pediu que ficasse lavrado em acta, que o Partido Popular vai entregar na **Inspecção Geral da Administração do Território**, um pedido de Inquérito relativamente à tramitação de todo este Processo.

O Deputado José Quaresma Domingos, propôs que a votação da Proposta do Partido Popular ficasse adiada até vir o resultado do Inquérito que este Partido vai pedir ao IGAT.

O Deputado Luis Melo por sua vez afirmaria que se via confrontado com um esclarecimento do Partido Popular, de uma coisa que era esclarecida. Toda a gente sabia perfeitamente disto, talvez muita gente não o soubesse com a profundidade que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

está exposta nos documentos. Felizmente estamos numa Câmara democrática, que se gere pelo rigor democrático e ainda bem que assim é, pois podemos ter acesso a todos os documentos e actas. É uma governação com paredes de vidro. Contudo, o autor deste inventário esqueceu-se de um pormenor muito importante e muito grato.

Salvo erro em Mil Novecentos e Oitenta e Três, reuniu em Manteigas uma Comissão composta por nove pessoas, algumas já falecidas infelizmente, mas a maioria viva e de boa saúde. E reuniu, com Manteiguenses genuínos, todos eles. Não irá citar nomes, mas citará vontades, e uma delas era levar por diante este Processo de criação de uma Unidade de Engarramento de Águas, sediada em Manteigas, feita com pessoas e para pessoas de Manteigas, geradora de riqueza se possível, riqueza essa que seria concessionada ao Município.

Muitas dessas pessoas estiveram presentes às reuniões, e salvo erro, dessas nove pessoas três delas tinham experiência dada no campo dos mais variados negócios e boas experiências. Quer acrescentar este historial ao Processo, que agora está cheio de incorrecções, cheio de subterfúgios, e cheio de vontades ocultas, e que nem a leitura das actas traz à claridade.

Afirmaria também que é pena que uma das pessoas presentes a essas reuniões se tenha ausentado desta sala, pois é tão conhecedora do Processo quanto a sua pessoa. E essa Comissão que era feita de boas vontades e algum capital, pois em Mil Novecentos e Oitenta e Três apelou aos seus constituintes para um capital de Cento e Cinquenta Mil Contos, que se hoje não é dinheiro, nesse tempo era significativo. Reuniu-se esta Comissão, e aqui já pode citar nomes, pois estão vivos - Dr. Mota Veiga, Engenheiro Lemos dos Santos e Ele próprio - com o Senhor Presidente da Câmara, que nessas reuniões foi cordial, extremamente cordial. Estavam bem encaminhadas as negociações para este Projecto andar, até que um dia encravou, por uma vontade pessoal.

Nunca mais ninguém ouviu falar de tal gente, embora tivessem sido solicitados para reuniões, para prosseguirem as negociações com vista a implantar a Fábrica das Águas. Isto é um pequeno acrescento que aqui foi divulgado. Acompanhou de muito perto este Processo, e foi tão mal conduzido que até deixaram fugir o nome de "Águas da Serra da Estrela de Manteigas" para Gouveia. Tem em seu poder e poderá mostrar o primeiro panfleto das Águas de Manteigas que esta Câmara editou.

Em segundo lugar tem que se falar de um outro aspecto. Era deliberada a orientação para um determinado grupo económico ficar com o negócio, se não vejamos, o que aconteceu após a constituição da primeira Sociedade, e vejamos mais, quem são os sócios que a seguir se anexam à Sociedade então constituída. Este foi um processo que eventualmente foi antecipado, e que levou à falência em absoluto, da abertura do capital desta Sociedade aos naturais de Manteigas.

Se bem está lembrado, foi nesta sala, em que foi aberto o capital da sociedade aos investidores do Concelho de Manteigas. Não esteve presente propositadamente, embora tivesse sido convidado. Salvo erro, pois não é bom em números, e se estiver incorrecta alguma afirmação corrijam-me, dos Quinhentos mil contos pretendidos, foram subscritos apenas três mil.

Isto só prova, que para além das irregularidades formais e contratuais, há uma outra irregularidade que não pode ser provada, que é a invulgaridade da orientação do negócio para uma determinada firma.

Isto prova também que só assim se tenha preterido uma Empresa que na altura era um potentado económico - Amadeu Gaudêncio - por uma outra que tinha dificuldades em arranjar crédito nas praças onde estava sediada.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O seu afastamento deste Processo traduz-se numa convicção: a cama estava feita e estava encontrada a dama que se lá havia de deitar. Esta foi a principal razão porque não respondeu à solicitação da empresa que fez o apelo ao capital privado do Concelho.

Contudo, também estranha que tendo sido o Processo de abertura linear, sem irregularidades, e não tendo nessa altura aparecido investidores tão significativos como os que hoje parecem existir, e pessoalmente contactou algumas empresas internacionais que não se mostraram muito interessadas em tal negócio, ou melhor, uma ainda se mostrou interessada com o objectivo de encerrar a curto prazo.

Pensa que esta Proposta do Partido Popular, corre sérios riscos, e um deles, e é aquele que o leva a não a votar favoravelmente, é que alternativas existem para o Processo que está em curso.

Tanto quanto julga saber, entrou há poucos dias nesta Câmara Municipal um processo de viabilização desta fábrica. Por isso não votará favoravelmente esta Proposta do Partido Popular, pois não quer ser apelidado de entrave ao progresso de Manteigas.

O Deputado Novo de Matos, afirmaria por sua vez que compreendia o problema do seu colega Luís Melo, pois deve estar melhor preparado sobre todo este historial; de qualquer forma quem ficava agora com problemas era Ele próprio. Se todo este processo está eivado de irregularidades, e o Deputado Luis Melo ainda vai mais longe, e já eivado também de más intenções, se fizermos tábua rasa do que está feito, o que pode acontecer é que ele vai continuar. O que se pretende segundo pensa, é que todo este Processo seja desmistificado, seja clarificado e que a população de Manteigas tenha acesso à clarificação e aos tais vidros de que falou, e que o Partido Social Democrata agora tem na Câmara, em que é tudo muito transparente. Aproveitemos essa transparência, e se não votarmos a Proposta do Partido Popular tudo fica como está, e não é isso que o Deputado Luis Melo parece pretender, ou não?

Outra coisa interessante, até inédita, era este Executivo camarário ou até esta Assembleia Municipal, fazer um referendo à população de Manteigas sobre o interesse ou não do Empreendimento para Manteigas. Dar-nos-ia a sensibilidade das pessoas de Manteigas sobre este Processo e não só, pois iria tornar público e claro este Processo, alargando-o ao cidadão comum e não só aos privilegiados desta Assembleia Municipal, pois realmente são privilegiados por terem acesso a uma coisa tão sofisticada.

Não vê razão para se manter a actual atitude de defender a fábrica das águas, tal como está, onde está, como está contratualmente estabelecida, e não há razão para existir, pois todos os prazos possíveis para ela começar o arranque e o engarrafamento, prescreveram.

Não há qualquer processo de legalidade para podermos manter a fábrica e este projecto vivo, pois está morto, ou melhor, sempre foi morto, ou melhor, é um nado morto porque morreu à nascença. Da sua parte pretendia que o nado fosse vivo e o embrião criado desde o princípio.

Espera por isso que as águas purifiquem, pois a água é pura, e é essa pureza e esse ar cristalino que todo este Processo terá que passar a ter, porque é uma fábrica de águas da Fonte Paulo Luis Martins.

O Deputado Luis Melo afirmaria, que depois de ouvir o colega Novo de Matos, persistia na ideia de não votar favoravelmente esta Proposta, embora aprove e louve a atitude do Partido Popular em pedir o inquérito público.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Deputado Carlos Viegas afirmaria que apesar de ouvir estas duas intervenções, gostaria que a Proposta fosse votada, tal e qual está apresentada.

O Senhor Presidente da Mesa afirmaria de seguida que iria expandir a sua opinião. O trabalho executado e aqui apresentado tem muito valor. Levanta a esta Assembleia um problema candente e ainda mais candente porque está ligado ao abastecimento público de água à Vila de Manteigas, que como toda a gente sabe neste momento consome mais do que as condutas debitam. É um problema complicado, e sobre a Proposta apresentada pelo Partido Popular, a situação referida na alínea a) está prevista na própria Escritura, só que, não tem a Câmara legitimidade para o fazer, pois tem que servir-se e munir-se dos meios legais e da tramitação legal para o fazer, pois não se trata de um acto administrativo puro. O que a Câmara praticou são Contratos de Concessão e Escrituras Públicas de venda e compra de terrenos. Portanto a Câmara terá que munir-se dos meios próprios para cumprir esse fim. Não podemos propor que a Câmara faça, podemos é propor que a Câmara dinamize e use os processos legais para que seja aberto de imediato novo concurso, que viabilize a instalação no Concelho de uma Unidade de Engarrafamento de Águas de Mesa, que é a alínea b) da Proposta, alínea esta que carece de situação legal, que se encontra prejudicada pois a Câmara não irá arriscar, neste momento e nesta altura, de modo próprio, a abertura de novo concurso. Inclusivamente terá que se sujeitar à tramitação legal judicial, quase de certeza, para a anulação do que está feito para trás, no caso de o querer.

O Partido Popular lançou para a acta a informação de que iria pedir inquérito público ao IGAT. Este inquérito há-de ser concludente. Já podia ter sido pedido, talvez pelo Executivo actual, mas neste ponto concorda com o Deputado Luis Melo. O problema não é só de engarrafamento de águas, é mais complexo, pois implica também o abastecimento de água à Vila e coloca-se também o problema do caudal de água necessário à exploração piscícola da Fonte Santa e o caudal de água necessário à agricultura e acima de tudo também, de estudo económico e de rentabilidade económica de uma empresa que vai lançar um empreendimento destes. Analisando este Projecto misto - Engarrafamento de Águas com a contrapartida das Confeções, sem ser economista, atreve-se a dizer que quem se meter nas águas para fazer confeções, vai criar um problema grave ao Concelho e à Câmara. Não teremos nem uma coisa nem outra.

A Câmara recebeu o tal nado - morto, mas teremos que ser francos, pois os Executivos têm que ter coragem para reagir quando é preciso, mas também têm que ter uma certa maneabilidade política, quando forem a reagir. Não se crie dentro das actividades do Executivo, uma espécie de caça às bruxas.

Não é da sua competência, nem pretende influenciar a Assembleia, pretende apenas dar uma ideia ao Partido Popular, de melhorar as suas Propostas, ou o timing dessas Propostas.

O Deputado Carlos Viegas agradeceu as palavras do Senhor Presidente da Assembleia mas em todo o caso gostaria de ouvir a opinião do Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara afirmou que neste momento não queria e não devia pronunciar-se sobre esta situação. Em todo o caso como o Senhor Presidente da Assembleia disse que esta Câmara já podia ter despoletado este assunto, mas a seguir, completando o seu raciocínio numa segunda fase em que analisou bem da situação actual. Todo este Processo se desenvolveu antes deste Executivo ter aqui chegado, e a este Executivo nunca lhe passou pela cabeça de vir por em causa todas as deliberações do Executivo anterior, muito menos quando elas tinham sido



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

sancionadas nesta Sede e sustentadas em Assembleia Municipal. Era esse o seu pressuposto, até que viu a Ordem de Trabalhos para a Assembleia, com esse Ponto pedido pelo Partido Popular. Fez as suas buscas, analisou documentos. E o Executivo entende que tudo o que aqui foi dito pertence mesmo a esta Assembleia, e naturalmente esta discussão está a ser feita em Sede própria. Acha que foi com a maior dignidade que aqui foram apresentadas as soluções possíveis, a Proposta possível, alternativas à Proposta, mas não lhe compete aqui e agora pronunciar-se num sentido ou noutro, e o Senhor Deputado irá concerteza tolerar essa sua posição. Acrescentaria que entrou hoje na Secretaria da Câmara o Projecto de Arquitectura da Fábrica.

O Senhor Presidente da Mesa questionou o Senhor Presidente da Câmara, se durante as reuniões que o Executivo teve com os representantes da Sociedade, se terá surgido algum dado novo, dadas as circunstâncias em que as Escrituras foram feitas, em que os próprios prazos podem ser prorrogados eternamente sem ninguém lhe pegar., até pode ter acontecido que o actual Executivo, e dado a complexidade do problema, tenha também informalmente assumido, pelo menos uma abertura de negócio em relação a prazos.

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a maneira como lhe foi colocada a questão, afirmando depois que este Executivo e Ele próprio estiveram nas reuniões com a Empresa " Da Nascente ". Este Executivo tem apoiado a ideia subjacente da construção da Fábrica das Águas ou outra que viesse a carrear riqueza acrescentada ao Concelho, e partiram sempre do pressuposto que isto era um dado assente, consentido maioritariamente por todos os Cidadãos representados aqui nesta Assembleia, e portanto era um Projecto a apoiar. Nunca houve da parte deste Executivo qualquer tentativa de obstrução a este Processo. A determinado ponto, só questionámos, porque é que o empreendimento não arrancava, e a firma foi oficiada no sentido de prestar esses esclarecimentos.

Nas duas reuniões que tiveram, foram sempre informados, que de acordo com as tecnologias a instalar, que não eram do conhecimento dos proponentes numa primeira fase, andaram a investigar um conjunto de equipamentos, no sentido de encontrar a técnica mais apurada sobre esta matéria, e essas tecnologias evoluem com frequência, e por isso o Projecto não podia andar. Mas poderia esta Câmara estar descansada, pois que, desde o ter sido aberto concurso para o equipamento e depois de confrontados todos estes equipamentos, estava tudo em condições de avançar, porque só depois desta fase é que se poderiam demarcar determinadas áreas a instalar na Fábrica.

A única coisa que a Câmara lhes garantiu, é que não interviria mais no terreno, sem que o Projecto de Arquitectura fosse aprovado, pois isso era ilegal. Era legítimo perguntar-lhes também se estavam à espera do Segundo Quadro Comunitário de Apoio, tendo havido a resposta que esse problema também implicara atrasos. O prazo termina dia Um de Março deste ano, mas embora não haja nada escrito, foi-nos sempre dito que o arranque estava para breve. O Projecto estava quase terminado, e este quase, demorou meses, mas entrou hoje na Câmara. Irá agora ser submetido às entidades competentes, nomeadamente o PNSE.

Portanto que fique bem claro que este Executivo nunca bloqueou o Processo, antes pelo contrário, já ajudou a ultrapassar um problema da não concessão da prorrogação da licença inicial, junto do Instituto Hidrológico. Não fosse a apresentação deste problema nesta Assembleia, este Processo passaria para a história na Sua Pessoa e na da Câmara, como Processo executado com lisura e com legalidade.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Deputado Novo de Matos, afirmaria de seguida que tinha duas Propostas a fazer, e que se o Deputado Carlos Viegas quisesse manter a proposta, que ela passasse de imediato à votação. A segunda Proposta, é que a seguir à votação se fizesse um intervalo de dez minutos para entrarmos com outras ideias no Ponto Dois da Ordem de trabalhos.

O Deputado Carlos Viegas, afirmaria que relativamente ao que hoje já foi dito pelo Partido Popular, as suas susceptibilidades não se ferem assim com tanta rapidez, e era intenção deste Partido, como disse e volta a afirmar que, fosse qual fosse o resultado da votação, admitimos desde logo não ficar à espera desse resultado para avançar com o pedido de inquérito, que para nós Partido Popular é ponto de honra. Neste momento vamos repensar este projecto, retiramos a Proposta, mas o pedido de inquérito mantém-se.

O Deputado Luis Melo afirmaria que estava implícito e fácil de observar como Forças Políticas diferentes podem trabalhar em democracia, a favor do desenvolvimento do Concelho. No entanto tem muita pena, pois depois de trabalhar tantos anos nesta Casa, ter constatado hoje uma situação anómala.

Depois do intervalo entrou-se no **Ponto Dois da Ordem de Trabalhos - Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.**

O senhor Presidente da Mesa informou a Assembleia que tinha recebido um ofício da Câmara, capeando um parecer da Comissão Coordenadora da Região Centro, sobre o aspecto pessoal do Senhor Presidente da Câmara em relação às Empresas onde era gerente. A Câmara enviou este parecer a todos os Líderes Parlamentares desta Assembleia. O parecer é taxativo. ( Este Parecer encontra-se em anexo a esta Acta ).

O assunto andava a ser debatido e havia interesse em debatê-lo. Depois deste parecer considera o assunto encerrado. Agradeceu a carta que o Senhor Presidente da Câmara lhe enviou, porque na qualidade de Presidente desta Assembleia por duas vezes lhe colocou este problema. Embora sabendo que estava em posição legal, era preciso que pelas vias legais se atestasse essa legalidade.

Abertas as inscrições para este segundo ponto da Ordem de Trabalhos inscreveram-se os Deputados José Manuel Novo de Matos, Carlos Alberto Fraga Viegas dos Santos, Luis José dos Santos Melo e o Presidente da Câmara.

O Deputado Novo de Matos começou por se referir ao Parque da Reboleira assunto levantado pelo Partido Socialista. Está em desacordo com esse Partido pois o seu Grupo Parlamentar considera o preço do terreno perfeitamente aceitável. Deve haver muita clareza por parte do Executivo, dizendo o que se pretende fazer nesses terrenos, quantos postos de trabalho vai criar, que tipo de postos de trabalho, a quem interessa este projecto, quem vai gerir, se a gestão será privada ou da Câmara, tudo isto tem que ser perfeitamente explicado e com clareza. Deverão ser salvaguardadas as áreas de RAN e de REN, por isso gostaria que o Executivo assumisse os pontos da Carta Ambiental do Autarca.

Incompatibilidades do Senhor Presidente: este problema também foi levantado pelo Partido Socialista. Se existiu, e pelos vistos não existiu nenhum problema, pensa que o Presidente da Câmara não usou de má fé intencional. Talvez tenha sido mais um problema processual. Não sabia do comunicado da CCRC quando agendou este ponto. Não quer com esta sua posição dar " graxa " ao Executivo, pois até é anti-laranja e gosta mais de limão.

Estradas Nacionais - EN 332 e EN 338 : Gostaria de saber em que fase se encontram estes dois assuntos, e se a Câmara tem acompanhado devidamente os mesmos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Ordenamento das Penhas Douradas : Não concorda com o que se está a tentar fazer. Promete para a próxima Assembleia apresentar uma Proposta.

Lugares dos Deputados Municipais : Voltando à rúbrica orçamental 11.01.02 - 1000 contos para Mobiliário, e pensava que nesta rúbrica caberiam cadeiras decentes para Deputados decentes, cadeiras essas que provavelmente seriam diferentes das outras, ou bastava serem diferentes, com melhores condições ergonómicas, e provavelmente alguns elementos que hoje aqui inadvertidamente se sentaram nestas cadeiras só para Deputados, não se sentariam porque eram diferentes das outras, e se eram diferentes por algum motivo deveria ser.

Resultado da votação para a Concelhia de Saúde: Não percebeu o resultado dessa votação. É realmente estranho o Partido Popular votar no Partido que defende o Povo, e não lhe dizer o resultado da Votação.

Nevestrela 95 - É uma questão séria para Manteigas. Recordou os episódios tristes do ano passado, que culminaram com um Processo em Tribunal, e em que esta Assembleia se tornou solidária com a Organização, votando favoravelmente uma Moção.

Pelos vistos este ano a telenovela continuou e apesar de reuniões com o Dr. Marques Ferreira, e de terem colocado diversos telefones e faxes para serem contactados, tendo a Organização contactado o Instituto de Conservação da Natureza dezenas de vezes. Estava em causa o lugar do acampamento, tendo a Organização proposto o local da Albergaria, pois era o único terreno privado de que tinham autorização do proprietário, além de ser zona de reserva tipo B. O Instituto mandou um fax, com um mapa em que era delimitada uma zona a tracejado, zona essa tida como reserva do Tipo A. Noutra fax que enviaram, colocaram o problema do Covão da Albergaria estar mal localizado na carta, pois pertence à reserva biogenética B e não pertence à reserva Tipo A. Pediam com o máximo de urgência que o PNSE enviasse funcionários ao local para indicar à Organização o local exacto do Acampamento, para evitar a deselegante atitude que os serviços do PNSE tomaram o ano passado. No dia da concentração a organização esteve no local até às dezanove horas, e do PNSE ninguém apareceu. Não houve resposta ao Fax, nem qualquer outra. Perante estes episódios, pretende **apresentar uma Moção**, pedindo desculpas antecipadas por incomodar mais uma vez esta Assembleia.

A Moção colocada à votação foi aprovada por unanimidade , com onze votos a favor, e deve ser enviada à Senhora Ministra do Ambiente.

Referiu-se ainda a um estudo tirado de um Seminário Luso-Irlandês, estudo esse que questiona a actuação do PNSE, em relação aos seus parceiros ambientais. E as conclusões não são nada famosas, talvez mesmo pouco abonatórias em face aquilo que deveria ser um verdadeiro Parque.

Problema com Doente Acidentado: Leu no Notícias de Manteigas um facto gravoso, ligado à sua área profissional, em que houve um problema com um doente acidentado, que teve um tempo de espera de hora e meia no Hospital de Manteigas, que a ser verdade é grave. Esse doente foi depois transportado para outro Hospital, vindo a falecer dias depois. Gostava de saber o que é que o Representante desta Assembleia na Concelhia de Saúde fez, e que demarches tomou. Gostaria de ser esclarecido com mais rigor na próxima Assembleia, face à resposta do Deputado representante na Concelhia de Saúde, de que aguardava informações.

O Senhor Presidente da Mesa informou que relativamente à Proposta sobre as Comemorações do 25 de Abril, vai estar ausente do País nessa data, mas que se fará representar por alguém a indicar na altura. Todos os Partidos devem colaborar. Pela sua parte propõe o Deputado Novo de Matos para Presidente da Comissão



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Organizadora, pois é o Deputado que mais vitalidade tem demonstrado na movimentação desses problemas. O Deputado Luis Melo, diria que avaliza favoravelmente a Proposta, pois considera esta data um marco importante da vida Nacional.

Colocada esta Proposta à Votação, foi aprovada por unanimidade com Onze votos a favor.

De seguida o Deputado Carlos Viegas abordou três pontos rápidos. O Primeiro em que apresentou um **Voto de Censura** pela atitude que alguns elementos do Partido Socialista tomaram, e pretendeu que ficasse registado em acta, mas embora pareça paradoxal e contra-natura, são atitudes destas que levarão sempre o Partido Popular a trazer a este Órgão as matérias que considera importantes. Em segundo lugar para louvar a atitude do Senhor Vereador António da Cunha Direito, não pelo facto de o ter felicitado pelo trabalho de pesquisa e que aqui foi apresentado, mas sim pela sua **Postura**, que não quer deixar de assinalar. Terceiro Ponto : Quanto às remunerações do Senhor Presidente da Câmara, elas foram alvo dos boletins que o Partido Socialista costuma editar. Lamenta que assuntos que têm que ver com a honorabilidade das Pessoas, não sejam postos em Sede própria, e se o Partido Socialista tinha dúvidas em relação ao Estatuto Remuneratório do Senhor Presidente da Câmara, e se o tem trazido à Assembleia Municipal que é a Sede própria, o Partido Popular não teria o mínimo constrangimento, se achasse que não estava suficientemente esclarecido, para votar uma Proposta do Partido Socialista no sentido do esclarecimento dessa situação. É uma maneira de actuar que o Partido popular não entende.

De seguida interveio o Deputado Luis Melo, para se referir a três pontos. O Primeiro tem a ver com o **Projecto das Penhas Douradas** : É um projecto que pode ser eventualmente importante para Manteigas. Discorda do colega Novo de Matos em alguns pontos e concorda com ele em determinados pontos, tais como ter atenção à Volumetria, à densidade e à dispersão da habitação, ao abastecimento de águas e ao Tratamento de Águas Residuais. A recolha do lixo também é importante. Como já disse, é na sua perspectiva um projecto muito importante, mas terá que ter grande qualidade. Caso contrário assistiremos à degradação de uma das melhores zonas de toda a Serra. Concorda que se avance para um Projecto integrado de um aldeamento turístico de grande qualidade, pois só assim terá valor e ajudará a desenvolver o Concelho. Como pensa que o projecto está numa fase inicial, será agora a altura de chamar atenção o projectista, sobre os pareceres que correm na Sociedade Civil, para não correremos riscos de apelidarem aquela zona de Quarteira da Serra da Estrela.

Quanto à **Lixeira**, bateu-se durante muitos anos pela extinção daquela zona insalubre. No último fim de semana verificou que a Câmara estaria a fazer um aterro sanitário do que lá está. Temos ali uma zona delicada, com águas puríssimas, com vegetação envolvente de grande qualidade, numa área de doze a quinze mil metros quadrados. Pensa que será uma área muito interessante a utilizar como Parque de Merendas ou de Diversão. É a sua sugestão.

Sobre o problema da **Relva da Reboleira**, gostaria de ser esclarecido pelo Senhor Presidente da Câmara, sobre quem pretende denegrir de um aspecto importante, que são os valores reais da aquisição.

Sugere-lhe que utilize os valores referenciados pelo Ministério da Agricultura para a aquisição de terrenos em expropriações. Pela sua parte já teve o cuidado de fazer essa avaliação, e pode garantir que aos valores correntes praticados pelo Ministério da Agricultura, que como todos sabemos é quem paga pior, esta Câmara adquiriu



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

abaixo do valor em cerca de Doze mil e oitocentos contos. Isto é necessário ser esclarecido, como também que todo Processo de Aquisição é legal, e não está ferido de qualquer ilegalidade.

Outros assuntos menores, mas com importância: existe um espelho partido na curva dos Siqueiros, e acha que deve ser colocada uma vedação no Ribeiro dos Bacelos, pois o declive é bastante acentuado, e assim evitam-se riscos desnecessários.

De seguida o Senhor Presidente da Câmara começaria por se referir à parte que considera ser importante, a Honorabilidade de um Órgão, embora o que fosse badalado era o nome do José Manuel Biscaia. Punha-se em causa se a Câmara não estaria ilegal, por via do Presidente, obviamente. Era mais importante esse pormenor, e teve oportunidade de o dizer numa carta que escreveu à CCRC. Para a sua Pessoa era mais importante que este processo estivesse legalizado, do que receber metade do ordenado.

As coisas apareceram agora à luz do dia, de forma esclarecedora, como o atesta o ofício da CCRC.

A Relva da Reboleira é composta por uma área que deve andar entre os Cento e Sessenta e Cinco a Cento e Oitenta Hectares, e no ano de Mil Novecentos e Noventa e Quatro, foi Sua intenção candidatar uma parte de um terreno situada na Relva da Reboleira, um Artigo, que seria para fixar e sediar-mos um Parque de Lazer com praia fluvial. Existem cinco Artigos Matriciais, pertencentes a vários proprietários. Posteriormente, encomendaram em tese um ante-projecto para aí intervir, e aí o projectista aconselha a que aquela magnitude única no Concelho, quer em termos de condições, quer em termos de dimensão. O projectista foi-nos aconselhando que o projecto poderia ter uma magnitude diferente, inclusivé uma pista de relva, facto este inovador no nosso País. Não tem medo de pedir autorização quando é preciso pedi-la. Mas estar a pedir autorização quando ela já foi dada, é maçador.

Em relação às zonas de RAN e de REN, estas estão perfeitamente caracterizadas em carta, e além disso o projectista está em perfeita sintonia com o PNSE.

Relativamente às EN 332 e EN 338, serão feitas fortes alterações ao actual traçado, e o PNSE vigiará essa intervenção para não se cometerem ilegalidades. Na EN 338 a Câmara disponibilizou-se com o PNSE junto da JAE para pagar o voo aéreo, se necessário for, para acelerar os trabalhos do projecto.

Sobre o Operador de Sistemas Informáticos, este concurso foi publicado no Diário da República, e referi que a Assembleia acompanharia o Processo. As condicionantes do concurso e quem é que constituía o júri foi publicado nesse Diário da República. Os Júris são autónomos em relação à avaliação das candidaturas, no sentido de as apreciar. Criados os critérios constam em acta, e essa acta é da responsabilidade do Júri que avalia criteriosamente, de acordo com os critérios implantados. O Júri é soberano. O Júri recebeu as candidaturas, avaliou-as e publicitou-as e todo o procedimento está visível. Já para não haver quaisquer dúvidas o Júri incluía um técnico da Comissão de Coordenação Regional. Os candidatos estão em conformidade com o que era exigível. E em questões de pessoal o Presidente da Câmara é perfeitamente autónomo.

Sobre a Entrada da Vila, a Câmara Municipal recebeu em definitivo esse projecto. Se ainda não foi dado à estampa, foi porque resolveu-se anexar o muro do Cemitério, de modo a serem estas duas obras colocadas a concurso público num só concurso, cujo valor se aproxima dos Noventa mil contos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Relativamente à Lixeira de Manteigas, infelizmente ainda não acabou mas está em vias disso. O PNSE, vai em protocolo conceder um carro do lixo. Esperam neste momento que a Câmara os informe quais as características técnicas que o veículo deve ter.

O Senhor Presidente da Câmara aproveitava a ocasião para convidar todos os presentes, a participarem na Mostra Bienal, que terá lugar junto ao Quartel do Bombeiros.

De seguida o Senhor Vereador José Abrantes Serra, relativamente ao assunto de divisão de águas particulares, diria que a autorização para procurar a água na via pública está de pé. Mas é necessário que as pessoas se entendam, e evitem que se cause transtornos na via pública.

Cerca das duas horas e trinta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia, agradecendo a presença de todos, deu por encerrada a Sessão, da qual vai ser lavrada a presente acta, que depois de lida, comentada e votada, será assinada pelos Membros da Mesa.

---

---

---